

1647

TEXTO PARA DISCUSSÃO

PERFIL DA POBREZA NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009

Rafael Guerreiro Osorio
Pedro H. G. F. de Souza
Sergei S. D. Soares
Luis Felipe Batista de Oliveira

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PERFIL DA POBREZA NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009*

Rafael Guerreiro Osorio**

Pedro H. G. F. de Souza**

Sergei S. D. Soares**

Luis Felipe Batista de Oliveira**

* Os autores agradecem às pessoas que, em diversas oportunidades, fizeram críticas e sugestões a este trabalho, particularmente aos pareceristas Luis Henrique da Silva de Paiva e Jorge Abrahão de Castro, pela leitura atenta. Agradecemos em especial à Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, pela sugestão da caracterização das famílias extremamente pobres típicas, ausente das primeiras versões deste trabalho.

** Pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas (Disoc) Sociais do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 DEFINIÇÕES	9
3 PERFIL DA POBREZA	17
4 CONCLUSÕES	44
REFERÊNCIAS	50

SINOPSE

Este trabalho investiga, para os anos 2004 e 2009, as características e as condições de vida dos extremamente pobres (famílias de renda domiciliar *per capita* menor que R\$ 67 em 2009), dos pobres (renda entre R\$ 67 e R\$ 134), dos vulneráveis à pobreza (R\$ 134 a \$ 465) e dos não pobres (superior a R\$ 465). Os temas abordados são o tamanho de cada estrato, a composição de sua renda, a inserção da população em idade ativa no mercado de trabalho, características demográficas, educação, condição de ocupação, qualidade e saneamento das moradias, fontes de energia para iluminação e preparo dos alimentos, acesso à telefonia, posse de bens de consumo duráveis, e distribuição espacial. Também é apresentada uma classificação dos tipos de famílias mais frequentes na extrema pobreza.

A primeira conclusão é que, a despeito da notável redução na pobreza extrema e não extrema, a distribuição relativa geográfica, etária, racial e educacional da pobreza pouco mudou. A segunda conclusão é que as principais mudanças no perfil da pobreza brasileira no período 2004-2009 decorrem: *i*) do crescimento econômico com distribuição via inclusão no mercado de trabalho; *ii*) dos aumentos reais do salário mínimo, que levaram à quase erradicação da pobreza extrema e até da pobreza entre famílias com idosos; e *iii*) da expansão da cobertura e do valor das transferências focalizadas de renda, que foram, para várias famílias com alguma renda do trabalho, a via de escape da extrema pobreza ou da pobreza.

Abstractⁱ

This text investigates, for 2004 and 2009, the characteristics and living conditions of four demographic categories defined by household *per capita* income values. These are

i. As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

the extreme poor (those whose *per capita* incomes were less than R\$ 67 in 2009), the poor (between R\$ 67 and R\$ 134), the vulnerable to poverty (between R\$ 134 and R\$ 465) and the non-poor (per capita incomes greater than R\$ 465). We investigate the size of each group, its labor market insertion, demographic characteristics, educational attainment, geographical distribution, as well as various characteristics of the house they live in. We also present a classification of types of family most likely to be found in extreme poverty.

Our first conclusion is that, in spite of the strong reductions in the number of poor, the relative geographical, age, racial, and educational distribution of poverty has not changed much between 2004 and 2009. Our second conclusion is that the most important changes in poverty were a result of: *i)* inclusive growth through the labor market; *ii)* real increases in the minimum wage which have all but eradicated extreme poverty and even non-extreme poverty among families counting on at least one elderly person; *iii)* increases in coverage and benefits of targeted cash transfers that were for many families with at least some labor income the escape route from extreme poverty and even poverty.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho delinea o perfil da pobreza no Brasil em 2004 e em 2009, estabelecendo uma comparação para identificar as principais mudanças ocorridas no período. São investigadas as características e as condições de vida dos extremamente pobres, dos pobres, dos vulneráveis à pobreza e dos não pobres. Para delimitar esses quatro estratos de renda domiciliar *per capita*, foram usadas linhas de elegibilidade do Programa Bolsa Família, em 2003 (R\$ 50,00 e R\$ 100,00), deflacionadas para outubro de 2009, e o salário mínimo de 2009 (R\$ 465,00), gerando os seguintes estratos:

- extremamente pobres: famílias com renda menor que R\$ 67,00;
- pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 67 e menor que R\$ 134,00;
- vulneráveis: famílias com renda maior ou igual a R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00; e
- não pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 465,00 *per capita*.

Os temas abordados neste perfil são o tamanho desses estratos; a composição da renda; a inserção da população em idade ativa no mercado de trabalho; características demográficas; educação; condição de ocupação; qualidade e saneamento das moradias; fontes de energia para iluminação e preparo dos alimentos; acesso à telefonia; posse de bens de consumo duráveis; e distribuição espacial. Também é apresentada uma classificação dos tipos de famílias mais frequentes na extrema pobreza.

Trabalhar com esse perfil da pobreza tão amplo poderia facilmente degenerar em uma “análise de elevador” massiva e entediante. A solução adotada, para contornar esse problema, foi analisar apenas os indicadores relativos ao Brasil. É razoável, contudo, supor que áreas específicas apresentem perfis de pobreza bem distintos do perfil nacional. Logo, antes de generalizar quaisquer conclusões relativas ao Brasil para áreas específicas, é preciso conhecer seus indicadores para averiguar se as tendências locais acompanham as nacionais.¹

1. Os autores podem, mediante solicitação, enviar aos interessados a programação em Stata 10 usada para gerar os resultados apresentados. A programação permite replicar os resultados para as macrorregiões e as Unidades da Federação – no caso das primeiras e de algumas das últimas, também se podem obter os resultados segundo a situação censitária, urbana ou rural, e segundo o tamanho aproximado dos municípios, grandes ou pequenos. Alguns indicadores, todavia, deixam de ser confiáveis quando calculados para áreas pouco representadas na amostra.

Antes de prosseguir, convém esclarecer a finalidade e as limitações de um perfil da pobreza. O perfil serve para descrever quais são as características da população pobre; descrever suas privações em outras dimensões que não a renda; estabelecer as diferenças de características, bem como verificar em quais dimensões suas privações são compartilhadas com a população não pobre e a diferença na intensidade destas. Este perfil pode orientar os formuladores de políticas a estabelecer prioridades, ao mostrar quais são as dimensões do bem-estar em que os pobres estão em situação mais desvantajosa e quais são as características dos pobres que requerem maior atenção ou que podem ser aproveitadas em prol da maior efetividade no combate à pobreza.

Embora comumente a pobreza seja definida, para fins de construção de indicadores, como insuficiência de renda, os pobres sofrem privações em várias outras dimensões do bem-estar que não a renda. A renda é por certo um excelente indicador de bem-estar, e uma das razões disso é o fato de que está correlacionada com as privações nas demais dimensões ou, muitas vezes, é sua causa. Contudo, não é possível conhecer a composição e a intensidade das outras privações somente a partir da renda, apenas presume-se sua existência. Esta multidimensionalidade da pobreza é mais bem apreendida pela elaboração de um perfil da pobreza, um conjunto de indicadores de várias dimensões do bem-estar calculados para as pessoas em distintas faixas de renda, do que por um indicador multidimensional que achate a diversidade de situações em um único número.

O perfil da pobreza é sempre limitado por ser essencialmente descritivo. Mostra os problemas, mas não os explica. Um perfil como este pode revelar que, nas zonas rurais da região Sul do Brasil, os extremamente pobres fazem maior uso de carvão ou lenha para cozinhar, em vez de gás ou eletricidade, do que nas do Nordeste. Entretanto não explica o porquê, que pode compreender múltiplas explicações complementares ou concorrentes.

Embora focado nos pobres, o perfil da pobreza é realizado em perspectiva comparada. Não basta apenas conhecer o indicador dos pobres, é preciso conhecer o dos não pobres, principalmente daqueles que se encontram mais próximos da pobreza. Por definição, os não pobres não sofrem a insuficiência de renda, mas podem compartilhar insuficiências em outras dimensões. Parte significativa das crianças não pobres, por exemplo, frequenta a escola pública junto com as pobres. Se a qualidade do ensino público é baixa, não faz sentido melhorá-lo apenas para os pobres, mas

para todos. Se em algum lugar as pessoas não contam com abastecimento de água, é preciso garantir que todos tenham acesso, não apenas os pobres. Não obstante, a experiência permite antecipar que, mesmo se uma privação afetar a todos, muito provavelmente será mais intensa entre os pobres.

Além de chamar a atenção para os problemas mais prementes da pobreza, permitindo a definição de uma hierarquia de prioridades para a política pública, a comparação de perfis de pobreza elaborados com os mesmos indicadores em momentos diferentes pode funcionar como uma avaliação geral. Tal comparação permite identificar em quais dimensões houve melhor desempenho da sociedade em aprimorar as condições de vida dos pobres, e bem como aquelas em que houve pouco avanço ou mesmo retrocesso. Este conhecimento pode ajudar os formuladores de política social a distinguir os programas e as ações que contribuíram para aumentar o bem-estar.

2 DEFINIÇÕES

Todos os dados apresentados neste perfil foram calculados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004 e 2009. A projeção de população original da PNAD de 2004 foi substituída pela nova projeção (reponderação) divulgada em 2009, junto aos microdados da PNAD de 2008. Tanto a base de dados reponderada da PNAD de 2004 quanto a de 2009 se encontram disponíveis para *download* na página do IBGE.

2.1 DOMICÍLIO, FAMÍLIA, GRUPO DOMÉSTICO, POPULAÇÃO

O IBGE usa o termo domicílio para se referir à estrutura física que serve de moradia e às pessoas que lá residem, o grupo doméstico. O grupo doméstico é ligado por normas de parentesco, afinidade e convívio. No caso dos grupos domésticos em que há quatro ou mais pessoas e mais de um núcleo de filiação, por exemplo, um casal, sua filha e seu neto, a PNAD registra duas famílias no domicílio. Neste perfil, contudo, o termo família é usado como sinônimo de grupo doméstico e deve ser entendido como o domicílio da PNAD.

As estimativas de população de domicílios ou de pessoas com determinadas características são obtidas mediante o emprego dos fatores de expansão da amostra (pesos). Neste perfil, os indicadores são sempre calculados para o número de domicílios e para o de pessoas. No caso de características de pessoas, como o sexo, o indicador de domicílios é calculado para as pessoas de referência (chefes). No caso de características de domicílios, como a disponibilidade de água, o indicador de pessoas é a proporção da população residindo em domicílios com a característica.

2.2 RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

A renda domiciliar *per capita* é a soma da renda individual de todos os moradores do domicílio dividida pelo número deles. Seguindo o conceito IBGE, pensionistas, empregados domésticos residentes nos domicílios e seus parentes não são considerados no cálculo da renda domiciliar *per capita*. A renda domiciliar *per capita* também não pode ser calculada se ao menos um dos moradores do domicílio tem renda cujo valor era ignorado pelo outro membro entrevistado. A parcela da população para a qual a renda domiciliar *per capita* não é ou não pode ser calculada não é considerada neste perfil.

Em muitos domicílios, nenhum morador teve renda durante o período de referência da pesquisa. Entre os domicílios com renda zero, muitos têm bens de consumo como computador e máquina de lavar roupas, bem como população em idade ativa mais educada do que a média nacional, características que sugerem não ser a ausência de renda um indicador de extrema pobreza. Após o cálculo da renda domiciliar *per capita* esses domicílios são identificados pela técnica estatística de análise de conglomerados² e têm imputada a média da renda domiciliar *per capita*, o que os retira da pobreza. Para garantir a análise de decomposição por fontes, a renda domiciliar *per capita* imputada é atribuída ao trabalho da pessoa de referência do domicílio.

A renda domiciliar *per capita* da PNAD 2004 foi deflacionada para 2009 usando o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) do IBGE (dividida por 0,789091682085939) ajustado para a PNAD segundo Corseuil e Foguel (2002).

2. Ver Osorio, Soares e Souza (2011) para uma discussão mais detalhada do procedimento.

TABELA 1

Limpeza da base de dados segundo a renda domiciliar – Brasil (2004 e 2009)

Descrição	2004		2009	
	Amostra	População	Amostra	População
Pessoas na base original	398.843	181.454.363	398.694	191.478.573
Domicílios na base original	112.529	51.615.931	120.910	58.577.357
Pessoas excluídas por serem pensionistas, empregados domésticos residentes ou parentes destes	1.405	557.727	1.193	507.768
Pessoas excluídas por estarem em domicílios com renda ignorada	8.739	4.380.151	11.441	6.158.247
Domicílios excluídos por renda ignorada	2.363	1.211.240	3.331	1.810.175
Pessoas na base limpa	388.699	176.516.485	386.060	184.812.558
Domicílios na base limpa	110.166	50.404.691	117.579	56.767.182
Pessoas com renda zero sem perfil extremamente pobre	1.481	674.285	1.722	789.389

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

2.3 ESTRATOS DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

As distribuições de renda domiciliar *per capita* foram categorizadas em quatro estratos de renda:

- extremamente pobres: as pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a zero e menor que R\$ 67,00;
- pobres: as pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 67,00 e menor que R\$ 134,00;
- vulneráveis: as pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00 (um salário mínimo de 2009); e
- não pobres: as pessoas em famílias de renda domiciliar *per capita* maior ou igual a um salário mínimo de 2009.

Para delimitar os dois estratos pobres, foram usadas as linhas de elegibilidade do Programa Bolsa Família em 2003 – R\$ 50,00 e R\$ 100,00 – deflacionadas para 2009 pelo INPC e arredondadas para R\$ 67,00 e R\$ 134,00. Para delimitar os vulneráveis, foram consideradas pessoas ou famílias cuja posição na distribuição de renda as torna mais propensas a circular para a pobreza, considerando o salário mínimo R\$ 465,00, em 2009.

2.4 FONTES DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

Para analisar a composição por fontes da renda domiciliar *per capita* média dos estratos para os vários níveis de desagregação geográfica, as rendas captadas pela PNAD foram

classificadas em: remuneração ao trabalho, aposentadorias e pensões, Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e outras rendas.

As rendas do trabalho incluem o abono de permanência e foram subdivididas em menores, iguais e maiores que um salário mínimo do ano – R\$ 260,00 em 2004, e R\$ 465,00 em 2009. As aposentadorias e pensões da previdência social foram divididas em menor ou igual e maior que um salário mínimo do ano. Foram considerados BPC todas as outras rendas (variável V1273) cujo valor era igual a um salário mínimo do ano. Foram computadas como benefícios do PBF todas as outras rendas (V1273) nos domicílios em que sua soma era menor ou igual ao valor máximo de benefícios do PBF no ano – R\$ 95,00 em 2004, e R\$ 200,00 em 2009. Foram classificadas como outras rendas as aposentadorias ou pensões privadas, complementares ou alimentícias, as doações privadas de não moradores, os aluguéis declarados e outras rendas (V1273) não classificadas como BPC ou benefícios do PBF.

Também foram calculadas as proporções de beneficiários do BPC e de famílias e pessoas beneficiadas pelo PBF. A despeito de a PNAD subestimar essas populações (SOUZA, 2010) em relação aos registros administrativos, não foi aplicada correção alguma aos dados.

2.5 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

A população em idade ativa (PIA) neste perfil é definida como a de 16 a 64 anos de idade, excluindo-se as pessoas de 16 a 24 anos que estavam frequentando escola (na PNAD, a PIA é composta por todas as pessoas de 10 ou mais anos de idade).

A PIA foi dividida nas seguintes categorias: empregadores, produtores agrícolas, empreendedores, empregados formais, empregados informais, desocupados e inativos.

Os produtores agrícolas incluem todos que nesse setor de atividade são trabalhadores autônomos, não remunerados ou engajados na produção para autoconsumo. Os empreendedores englobam esses mesmos trabalhadores autônomos ou não remunerados, mas em setores não agrícolas.

Os empregados formais são todos aqueles que possuem carteira assinada, mais os militares e os servidores públicos. Os informais são todos que não possuem carteira assinada, incluindo os poucos registros de empregados sem declaração de carteira.

Foram classificados como desocupados todos os membros da PIA que procuraram emprego na semana de referência, e como inativos todos aqueles que não faziam parte da população economicamente ativa (não trabalhavam e não procuraram emprego).

2.6 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

O perfil apresenta a distribuição das populações segundo sexo, cor ou raça, grupos de idade, naturalidade e migração. Foram definidos dois grupos de cor ou raça: *i*) os brancos ou amarelos; e *ii*) os pretos, pardos ou indígenas – respectivamente referidos no perfil como brancos e negros. As seguintes faixas etárias foram definidas: 0 a 3; 4 a 6; 7 a 14; 15 a 18; 19 a 24; 25 a 64; 65 ou mais anos de idade. Foram também calculadas as proporções de não naturais do município e de migrantes com até quatro anos no município.

Além das características individuais, os grupos domésticos foram classificados segundo o núcleo e a presença de crianças de 0 a 14 anos em: casal, monoparental feminina ou masculina com uma a três crianças; grupos com quatro ou mais crianças; grupos sem crianças.

2.7 EDUCAÇÃO

Os indicadores de educação incluem a escolaridade média; taxas de analfabetismo absoluto e funcional; taxas de frequência brutas e líquidas; e taxas de distorção entre idade e série.

A escolaridade é a média de anos de estudo completos da população de 15 a 64 anos de idade. No caso de pessoas que cursaram ou estavam cursando em 2009 o novo ensino fundamental com nove séries, os anos de estudo são calculados como se existissem apenas oito séries. Para essa faixa etária também foram calculadas a taxa de analfabetismo bruto, pessoas que não sabem ler e escrever, e a taxa de analfabetismo funcional, que agrega aos analfabetos absolutos pessoas que sabem ler e escrever, mas que não completaram ao menos os quatro primeiros anos do ensino fundamental.

As taxas de frequência bruta à escola ou creche foram calculadas para todas as faixas etárias anteriormente definidas e segundo o tipo do estabelecimento de ensino, público ou particular. A escolarização, no ensino infantil, foi calculada para as três primeiras faixas etárias – 0 a 3, 4 a 6 e 7 a 14 anos –; no ensino fundamental, foi calculada para as pessoas de 4 a 6, 7 a 14, 15 a 18, 19 a 24 anos; no ensino médio, para as pessoas de 7 a 14, 15 a 18 e 19 a 24 anos; e no ensino superior (graduação ou pós-graduação) foi calculada para as pessoas de 15 a 18, 19 a 24 e 25 a 64 anos.

Os indicadores de distorção entre idade e série consideram apenas os alunos matriculados em cursos regulares de ensino fundamental ou médio, calculados como se todos ainda estivessem em cursos de ensino fundamental de oito séries. Foram calculadas as médias das distorções e as taxas de alunos com dois ou mais anos de diferença entre idade e série no ensino fundamental e no médio, sendo as taxas calculadas também com restrição da idade dos alunos a, respectivamente, 7 a 14 e 15 a 18 anos.

2.8 CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

A PNAD fornece para os domicílios particulares permanentes uma série de informações sobre a condição de ocupação das moradias; a qualidade da construção; o saneamento; as fontes de energia para iluminação e a preparação de alimentos; o acesso à telefonia; e a presença de bens de consumo duráveis. Para cada um desses aspectos foi construído mais de um indicador.

2.8.1 Condição de ocupação

A PNAD levanta se a família possui a propriedade do terreno onde está o domicílio; se o imóvel é próprio – quitado ou financiado –, alugado, ou cedido; e, caso alugado ou financiado, registra o valor mensal dos pagamentos. Para o perfil, foram calculadas as proporções de famílias e de pessoas em famílias: proprietárias do lote; proprietárias do imóvel (quitada); em imóveis financiados; em imóveis alugados. No caso dos imóveis financiados ou alugados, foi calculada a proporção da renda domiciliar gasta com a prestação ou aluguel. As proporções de famílias em imóveis próprios ou alugados podem ser somadas, e a diferença do resultado em relação a um é a proporção da população que vive em moradias cedidas ou ocupadas de outra forma.

A partir desses indicadores foi calculado um indicador sintético da adequação da ocupação. A ocupação é considerada adequada se o imóvel é próprio quitado em lote próprio, ou se a prestação ou o aluguel não comprometem mais de um terço da renda domiciliar.

2.8.2 Qualidade do imóvel

A qualidade dos materiais usados na construção das paredes e do telhado é investigada pela PNAD. Consideram-se adequadas as paredes confeccionadas em alvenaria ou madeira aparelhada; e os telhados de telhas, laje de concreto ou madeira aparelhada. Outras características que indicam a qualidade da construção são a existência de canalização interna, em ao menos um cômodo, e de um banheiro de uso exclusivo. Finalmente, a densidade habitacional medida como a razão entre o número de membros do grupo doméstico e o número de cômodos servindo de dormitório indica a adequação da moradia ao tamanho da família.

Foi calculado, para as famílias e para a população, a proporção das que residem em imóveis com paredes adequadas; com telhados adequados; com canalização interna de água; com banheiro exclusivo. Também foi calculada a densidade habitacional média em moradores por dormitório. A partir desses indicadores foi calculado um indicador sintético que considera o imóvel adequado se o forem os materiais das paredes e do teto; se houver canalização interna de água; e banheiro exclusivo para os moradores.

2.8.3 Saneamento

O saneamento da moradia depende do abastecimento de água, da disponibilidade de banheiro (não necessariamente exclusivo); de escoadouro adequado para o esgoto do banheiro (rede ou fossa séptica); e da existência de coleta de lixo regular, direta ou indireta (quando o lixo, em vez de ser recolhido na porta da moradia, tem que ser levado para um local específico, como uma caçamba).

Foram calculados cinco indicadores desses aspectos do saneamento das moradias, a proporção das famílias e da população em famílias: *i)* que têm água na moradia; *ii)* que têm água de rede geral de distribuição; *iii)* que têm acesso a banheiro; *iv)* que têm acesso a banheiro com esgotamento adequado; e *v)* servidas por coleta de lixo. A partir destes, foram construídos dois indicadores sintéticos de saneamento, um menos rigoroso, que, aceita apenas a existência de água e escoadouro adequado de esgoto, e outro mais rigoroso, que, além do esgotamento adequado, exige água de rede geral e coleta de lixo.

2.8.4 Energia e telefone

Foram calculadas as proporções de famílias e de pessoas em famílias residindo em domicílios: com energia elétrica para iluminação; com fogão a gás ou elétrico; com telefone fixo; e onde ao menos um morador possui telefone celular. Também foi construído um indicador da presença de telefone fixo ou celular

2.8.5 Bens de consumo duráveis

Foram criados indicadores da presença dos seguintes bens de consumo duráveis no domicílio: fogão (uma ou mais bocas); geladeira (uma ou duas portas); rádio; televisão (colorida ou não); máquina de lavar roupas; e computador. A partir destes, foram criados três indicadores sintéticos para os seguintes conjuntos de bens de consumo duráveis: fogão e geladeira; o anterior mais rádio e televisão; e o anterior mais máquina de lavar roupas.

2.9 NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO GEOGRÁFICA

O sucesso no combate à pobreza torna seu estudo mais difícil por meio de pesquisas amostrais. O grupo dos extremamente pobres é particularmente afetado, diminuindo bastante em número na população e na amostra. Assim, embora a amostra da PNAD, em tese, permita a produção de estimativas por Unidade da Federação, os indicadores destas calculados para os pobres e os extremamente pobres estão sujeitos a um grande erro amostral. Mesmo considerando as macrorregiões, alguns indicadores produzidos para as zonas rurais podem ter intervalos de confiança bem amplos.

A despeito disso, foi calculada a distribuição da extrema pobreza no Brasil por macrorregiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste –, e sua desagregação de acordo com tamanho da população municipal (municípios grandes ou pequenos) e situação censitária (rural ou urbana) em 2000. A classificação das áreas urbanas e rurais na PNAD é feita de acordo com o zoneamento definido por lei municipal vigente durante a realização do censo demográfico mais recente.

A fim de obter outro tipo de desagregação, aproveitou-se uma característica da PNAD que permite identificar razoavelmente municípios de pequena e de grande população. O desenho amostral classifica os municípios brasileiros em três grupos: *i)* pertencentes a dez regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal,

Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo); *ii*) municípios autorrepresentativos, isto é, municípios não metropolitanos considerados grandes em termos populacionais; e *iii*) municípios não autorrepresentativos, isto é, os demais municípios. Os municípios metropolitanos e os autorrepresentativos são classificados como municípios grandes e os não autorrepresentativos como municípios pequenos. De acordo com os resultados do Censo 2010, os 5.258 municípios pequenos do país têm população média de 17 mil moradores; por outro lado, os 307 municípios grandes têm média de 323 mil. Ambos os tipos de municípios possuem áreas rurais e urbanas.

3 PERFIL DA POBREZA

3.1 TAMANHO DOS ESTRATOS DE RENDA

O dado mais relevante para o combate à pobreza é o tamanho das populações pobre e extremamente pobre, apresentado na tabela 2 com o tamanho da população vulnerável e dos não pobres, em número de pessoas e porcentagem da população total.

TABELA 2

População por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Unidade	Estrato	2004			2009			2009 - 2004
		em milhões	%	% acum.	em milhões	%	% acum.	em milhões
Pessoas	Extremamente pobres	15,0	8,5	8,5	8,7	4,7	4,7	-6,3
	Pobres	28,2	16,0	24,5	17,5	9,4	14,1	-10,8
	Vulneráveis	82,0	46,5	70,9	80,8	43,7	57,9	-1,2
	Não pobres	51,3	29,1	100,0	77,9	42,1	100,0	26,6
	Total	176,5	100,0		184,8	100,0		8,3
Famílias	Extremamente pobres	3,0	6,0	6,0	2,1	3,7	3,7	-1,0
	Pobres	6,2	12,2	18,2	3,8	6,7	10,4	-2,4
	Vulneráveis	23,2	46,0	64,2	21,5	37,9	48,3	-1,7
	Não pobres	18,0	35,8	100,0	29,4	51,7	100,0	11,3
	Total	50,4	100,0		56,8	100,0		6,4

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

De 2004 a 2009, a população total cresceu, mas apenas a não pobre a acompanhou, e as populações das faixas de renda mais baixas diminuíram de tamanho. A parcela da população vivendo com menos do que um salário mínimo *per capita* diminuiu de 71% para 58%. Ainda assim, em 2009, restavam no Brasil cerca de 9 milhões de extremamente pobres ou 4,7% da população; e os pobres chegavam a quase 18 milhões, 9,4% dos brasileiros; logo, por volta de 27 milhões de brasileiros, 14% da população, viviam com menos de R\$ 134,00 por mês.

Devem-se evitar considerações dogmáticas sobre os números de pobres e de extremamente pobres. Não se pode afirmar com certeza que o número de extremamente pobres era precisamente 8,7 milhões. As estimativas estão condicionadas à forma e ao período de captação da renda pela pesquisa, dependendo também da projeção de população usada para expandir a amostra e de uma série de decisões que devem ser feitas pelos usuários da PNAD para extrair e trabalhar os dados. A projeção de população da PNAD 2009 tem quase 1 milhão de pessoas a mais do que a população registrada pelo Censo de 2010, e pode ser que o IBGE venha a divulgar uma nova projeção para as PNAD dos anos 2000, o que alterará retroativamente o tamanho das populações. Os dados da PNAD de 2004, por exemplo, consideram a projeção corrigida divulgada em 2009 em vez da original.

Além disso, na tabela 2, a projeção atual para 2009 é apresentada descontando 6 milhões de pessoas que residiam em domicílios cuja renda era ignorada. Supondo não haver viés substantivo na distribuição das rendas ignoradas, entre essas pessoas, a porcentagem de extremamente pobres deve ser próxima dos 4,7% observados na população com renda conhecida –, ou seja, desconsiderar essas pessoas subestimaria o número de pobres em aproximadamente 280 mil pessoas. É um número menor do que o de pessoas com renda zero que foram reclassificadas como não pobres por terem um perfil que sugere ser temporária a ausência de renda (tabela 1).

A porcentagem da população em cada faixa de renda é um número mais confiável, pois geralmente não é muito afetada por trocas nos fatores de expansão da amostra da PNAD que ocorram em função do ajuste das projeções de população. E, a não ser que as opções metodológicas para a construção do indicador de renda alterem muito os dados originais, essa porcentagem deve aparentar menor sensibilidade a mudanças de projeção e ao tratamento dos dados que a estimativa de números de pessoas.

Na análise da evolução do tamanho das populações de 2004 a 2009, nota-se que pouco mais de 6 milhões de pessoas teriam saído da extrema pobreza e experimentado mobilidade ascendente de renda. Contudo, não se pode dizer que esse é o tamanho do fluxo ascendente de renda. Como não há disponibilidade de dados de renda retrospectivos ou para painéis de indivíduos, só se sabe que o tamanho do estrato extremamente pobre diminuiu em 6 milhões, portanto ao menos 6 milhões tiveram uma mobilidade de renda ascendente induzida por mudança estrutural na distribuição de renda (elevação da média

e redução da desigualdade). A mobilidade ascendente de renda “para fora” da pobreza extrema certamente superou os 6 milhões de pessoas, mas foi contraposta pela mobilidade de circulação de pobres, vulneráveis, inclusive de não pobres, “para dentro” da pobreza extrema, e apenas o saldo é observável. Esse saldo corresponde à mobilidade estrutural, pois o saldo da mobilidade de circulação (com troca) é zero.

Mesmo não sendo diretamente mensurável com os instrumentos disponíveis, existe uma mobilidade de circulação: os 8,7 milhões de pessoas extremamente pobres em 2009 não necessariamente já o eram em 2004. Embora improvável, seria possível ter ocorrido no período uma troca completa da população extremamente pobre, com 8,7 milhões de pessoas saindo da extrema pobreza e outras 8,7 milhões entrando.

Isso chama atenção à importância de não criar representações fixas da população dos grupos. Não existe um grupo de extremamente pobres, existem pessoas ingressando e saindo dessa situação, e o mesmo vale para os demais grupos. Obviamente, parte dos extremamente pobres vive a situação de forma crônica e nela permaneceu de 2004 a 2009. Contudo, as melhores estimativas da população em pobreza crônica no Brasil são ainda muito grosseiras por causa da falta de dados em painel com cobertura nacional e informação completa sobre a renda. Essa falta dificulta a identificação e o estudo das estratégias de sucesso para a superação da pobreza.³

3.2 DECOMPOSIÇÃO DA RENDA POR FONTES

A renda domiciliar *per capita* é constituída pela renda individual dos membros da família. A maior parte dela tem por fonte o trabalho dos adultos, sendo as transferências da previdência e da assistência social, juntas, a segunda fonte em importância.

Considerando todos os grupos de renda, a tabela 2 não mostra grandes mudanças na composição da renda de 2004 a 2009. As rendas do trabalho e da previdência de mais de um salário mínimo e as outras rendas perderam um pouco de participação

3. O novo Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares do IBGE produzirá os dados necessários para estudar a mobilidade intrageracional de renda.

na média nacional, que foi compensada pelo aumento da participação das rendas do trabalho, da previdência e da assistência social de até um salário mínimo.

Porém, a composição das rendas médias dos estratos apresenta maior variação. As maiores mudanças ocorrem entre os extremamente pobres, único grupo cuja renda média cai – embora muito pouco – de 2004 a 2009. O trabalho remunerado por menos de um salário mínimo já era e continuou a ser a principal fonte da renda dos extremamente pobres. Entretanto, as fontes vinculadas ao salário mínimo, trabalho e previdência, perderam importância, pois sua valorização real foi de tal ordem a tornar improvável, em 2009, que uma pessoa recebendo salário mínimo estivesse na extrema pobreza, a não ser que sua família tivesse muitos dependentes. Pessoas na extrema pobreza recebendo mais do que um salário mínimo por seu trabalho ou da previdência se tornaram ainda mais improváveis. As outras fontes (que incluem de rendimentos de juros a pensões alimentícias e doações de outros domicílios) também perderam importância.

TABELA 3
Composição relativa da renda média dos estratos
de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)
 (Em %)

Fonte	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Trabalho < 1 s.m.	52,2	48,8	23,1	35,9	6,7	10,9	0,4	0,9	3,1	3,5
Trabalho = 1 s.m.	10,6	2,8	15,2	17,6	7,2	11,2	0,5	1,5	2,70	3,6
Previdência <= 1 s.m.	5,7	1,7	10,6	8,0	10,8	10,3	1,2	3,3	3,9	4,7
Assistência BPC	1,0	0,3	1,6	1,9	1,0	1,6	0,1	0,3	0,3	0,6
Assistência PBF	13,9	38,9	5,1	12,0	0,7	1,9	0,0	0,1	0,5	0,7
Trabalho > 1 s.m.	8,9	0,8	38,0	18,8	62,9	55,6	75,6	73,7	70,7	69,2
Previdência > 1 s.m.	0,1	0,0	1,5	0,6	7,4	5,4	17,1	16,3	14,1	13,9
Outras	7,7	6,8	5,0	5,1	3,4	3,0	5,1	3,8	4,7	3,7
Renda domiciliar	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média em R\$	41,09	38,09	101,61	104,04	267,49	278,82	1.207,99	1.189,32	495,12	634,65

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A grande mudança na composição da renda dos extremamente pobres é o aumento do peso das transferências, que respondiam por 15% da renda, em 2004, e chegaram a 39% da renda dos extremamente pobres em 2009. Nesse estrato, a renda das transferências é quase exclusivamente composta por benefícios do PBF, pois os recebedores do Benefício de Prestação Continuada (cujo valor é um salário mínimo) são raros entre os extremamente pobres. Graças ao aumento da cobertura das transferências e à mobilidade para outros estratos dos que recebem um salário mínimo ou mais,

a renda dos extremamente pobres passa a ter uma composição mais homogênea em 2009, quase integralmente constituída pelos benefícios do PBF e por rendimentos de trabalho inferiores a um salário.

Os reajustes do salário mínimo e o aumento das transferências também são responsáveis pela mudança da composição da renda dos pobres e dos vulneráveis. Essas faixas passam a concentrar os recebedores de rendas do trabalho, da previdência e da assistência vinculadas ao salário mínimo. As rendas de trabalho e de previdência superiores a um salário mínimo perdem importância nessas duas faixas de renda.

Entre os pobres, cresce o peso do trabalho remunerado por menos de um salário mínimo e das transferências, cuja fatia da renda do estrato dobra de 2004 para 2009, indo de 7% para 14% da renda dos pobres. As transferências têm um peso menor do que entre os extremamente pobres, embora sejam equivalentes em contribuição absoluta para a média de cada faixa de renda (40% de R\$ 38,00 são aproximadamente R\$ 15,00, assim como 14% de R\$ 104,00). Também entre os pobres o grosso das transferências é composto por benefícios do PBF.

TABELA 4

População beneficiária do BPC e do PBF por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Transferência	Unidade	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
		2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Beneficiários em milhares	18,5	1,8	138,4	72,8	644,3	795,7	103,1	662,2	904,3	1.532,4
	% da pop. total	0,1	0,0	0,5	0,4	0,8	1,0	0,2	0,9	0,5	0,8
Programa Bolsa Família (PBF)	Beneficiários em milhares	7.415,2	5.717,7	12.459,8	10.347,0	14.408,8	21.674,4	1.718,3	2.466,2	36.002,1	40.205,4
	% da pop. total	49,5	66,1	44,1	59,3	17,6	26,8	3,3	3,2	20,4	21,8
	Famílias beneficiadas (milhares)	1.336,8	1.184,6	2.490,1	2.114,3	3.305,4	4.946,2	564,2	795,2	7.696,5	9.040,3
	% do total de famílias	44,0	56,8	40,4	55,6	14,3	23,0	3,1	2,7	15,3	15,9

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A tabela 4 mostra a quantidade absoluta e relativa de beneficiários do BPC e do PBF e, no caso do último, apresenta o dado também por famílias. Nota-se a grande ampliação da cobertura da população e das famílias de todos os estratos de renda, exceto

os não pobres, pelo PBF. Entre os extremamente pobres, dois terços da população são de beneficiários do programa. Já o BPC tem sua incidência concentrada no estrato vulnerável – por causa da vinculação ao salário mínimo da linha de elegibilidade e do valor do benefício. Convém ressaltar que esses números se encontram subestimados em relação aos registros administrativos (SOUZA, 2010).

3.3 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

A maior parte da renda das famílias é composta pela renda do trabalho, mas nem todos os membros do grupo doméstico podem ou devem trabalhar, apenas aqueles na faixa etária que determina a população em idade ativa, a PIA. Nesse perfil, foi usado um conceito de PIA mais restrito do que o usual (ver seção 2.5), considerando apenas as pessoas de 16 a 64 anos de idade e excluindo as na faixa dos 16 aos 24 que estudavam.

TABELA 5

Distribuição relativa da população em idade ativa segundo categorias por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

(Em %)

Fonte	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Empregadores	0,2	0,1	0,5	0,4	1,3	1,0	7,1	5,8	3,0	3,2
Produtores agrícolas	29,0	28,9	16,5	17,4	7,6	7,3	3,0	3,0	8,6	6,8
Empreendedores	10,1	7,3	11,5	11,1	13,0	12,6	14,9	13,7	13,2	12,8
Empregados formais	2,2	0,4	12,9	9,3	29,8	29,0	41,5	44,9	29,7	34,0
Empregados informais	16,1	12,5	21,0	21,9	18,6	18,6	10,6	10,9	16,1	15,0
Desocupados	13,0	16,2	9,2	9,8	6,0	7,1	3,4	3,2	6,0	5,8
Inativos	29,3	34,5	28,4	30,0	23,8	24,3	19,5	18,4	23,3	22,3
PIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PIA em milhões	6,4	4,0	13,5	8,0	46,9	46,3	33,5	51,4	100,2	109,7
PIA como % da pop.	42,5	45,7	47,7	46,1	57,2	57,3	65,3	66,0	56,8	59,4

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A tabela 5 mostra a composição relativa da PIA por categorias no período 2004-2009 e também o tamanho absoluto e a porcentagem da população do grupo de referência. Como a redução do tamanho dos três estratos de menor renda foi absoluta, o tamanho da PIA desses estratos caiu, enquanto a PIA da população não pobre aumentou por causa da mobilidade para fora da pobreza e da dinâmica demográfica. A PIA extremamente pobre foi reduzida de 6,4 a 4,0 milhões de pessoas, contudo aumentou seu tamanho em relação ao do grupo, passando de 42% a 46%. Nos outros grupos, a PIA manteve as mesmas porcentagens da população.

Essa queda do tamanho da PIA no estrato extremamente pobre é relacionada à inserção no mercado de trabalho dos que deixaram a extrema pobreza e ao efeito das transferências de renda. Muitos indivíduos não mudaram sua relação com o mercado de trabalho, mas suas famílias saíram da extrema pobreza graças ao aumento do mínimo e da renda do trabalho em geral, ao PBF ou ao BPC. Em contraposição, aumentou a proporção de desocupados e de inativos na PIA extremamente pobre.

No caso dos pobres e extremamente pobres, a principal variação é a redução na proporção de empregados formais. Nos outros dois estratos de renda, a composição relativa da PIA quase não muda. A proporção de inativos e de desocupados cai à medida que os estratos são dispostos em ordem crescente pela renda, salientando a importância da ligação com o mercado de trabalho para que as famílias escapem à pobreza extrema e à pobreza. Conjugados aos resultados da composição das rendas médias, o perfil da PIA mostra que a pobreza extrema, e em menor grau a pobreza, passou a ser mais determinada pela falta de acesso a ocupações que geram renda do que pelos baixos rendimentos do trabalho.

3.4 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A estrutura etária dos estratos de renda é apresentada na tabela 6. Na estrutura etária do estrato não pobre, os adultos e os idosos são maioria (71% da população), mas sua proporção diminui linearmente até os extremamente pobres, entre os quais são em torno de 38%. A estrutura etária de todos os estratos de renda muda pouco no período, seguindo a tendência conhecida de envelhecimento populacional e queda da fecundidade.

Entre as pequenas variações, pode-se notar uma convergência das estruturas etárias dos extremamente pobres e dos pobres, graças à ligeira diminuição da participação das crianças e jovens no primeiro grupo e ao aumento no segundo. Essa aproximação pode ser parcialmente devida à expansão da cobertura do PBF, pois os benefícios relacionados à presença de crianças e jovens, somados ao benefício fixo das famílias extremamente pobres, têm valor suficiente para muitas famílias extremamente pobres e com filhos passarem a ser pobres e, eventualmente, para que famílias pobres passem a ser vulneráveis.

Outro fato que sobressai da tabela 6 é a baixa porcentagem de idosos pobres. O idoso na família se transforma em um seguro contra a pobreza e a pobreza extrema,

graças à cobertura quase universal do grupo por transferências cujo piso é o salário mínimo (as aposentadorias e pensões da Previdência Social e o BPC). Em 2009, somente 0,5% dos idosos brasileiros eram extremamente pobres, e outros 1,6% eram pobres; em contraste, 8,6% e 16,6% das crianças de 0 a 3 anos de idade, respectivamente, estavam nessas situações.

A tabela 7 apresenta outras características demográficas relevantes. A razão entre os sexos mostra ligeira predominância das mulheres, que praticamente não muda de intensidade no tempo e entre estratos de renda. Já a composição racial da população varia muito por estrato, sendo a porcentagem de pessoas que se declaram brancas ou amarelas na população não pobre bem maior do que na extremamente pobre. A maior presença de pretos, pardos e indígenas nas camadas inferiores da distribuição de renda não é novidade e não aparenta grandes mudanças na variação entre estratos que não possam ser creditadas ao aumento global da porcentagem de negros na população. Ainda assim, foi nos estratos mais abastados que mais avançou a porcentagem de negros no período.

TABELA 6
Estrutura etária relativa da população por estratos
de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)
(Em %)

Idade	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
0 a 3 anos	12,5	10,2	9,8	9,7	6,0	6,5	3,5	3,1	6,4	5,6
4 a 6 anos	10,7	9,1	8,4	8,5	5,4	5,2	3,1	2,4	5,7	4,5
7 a 14 anos	25,1	25,6	22,6	25,5	14,9	16,9	9,0	7,9	15,3	14,3
15 a 18 anos	9,1	8,9	9,4	9,1	8,3	8,5	6,0	5,1	7,9	7,2
19 a 24 anos	8,9	8,1	10,2	8,4	11,7	10,7	11,7	10,4	11,2	10,2
25 a 64 anos	32,9	37,3	37,3	37,4	46,3	46,8	57,4	58,4	47,0	50,4
65 ou mais	0,7	0,8	2,2	1,3	7,6	5,3	9,2	12,6	6,6	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 3 anos	16,6	8,6	24,6	16,6	43,2	51,6	15,7	23,2	100,0	100,0
4 a 6 anos	16,1	9,4	23,9	17,7	44,1	50,3	15,9	22,7	100,0	100,0
7 a 14 anos	14,0	8,4	23,7	16,8	45,2	51,6	17,2	23,3	100,0	100,0
15 a 18 anos	9,8	5,8	19,0	11,9	48,9	52,0	22,2	30,3	100,0	100,0
19 a 24 anos	6,7	3,7	14,5	7,7	48,4	45,7	30,4	42,8	100,0	100,0
25 a 64 anos	5,9	3,5	12,7	7,0	45,8	40,7	35,6	48,8	100,0	100,0
65 ou mais	0,9	0,5	5,4	1,6	53,1	29,6	40,7	68,4	100,0	100,0
Total	8,5	4,7	16,0	9,4	46,5	43,7	29,1	42,1	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA 7

Sexo, cor ou raça, e migração da população por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Estrato	Ano	Razão mulheres/homens	% de brancos ou amarelos	% de não naturais do município de residência	% que reside no município há até quatro anos
Extremamente pobres	2004	1,05	27,5	25,2	7,1
	2009	1,08	26,2	25,0	6,3
Pobres	2004	1,04	33,6	30,6	6,8
	2009	1,06	28,3	26,9	6,2
Vulneráveis	2004	1,05	48,9	40,8	7,0
	2009	1,05	40,6	36,8	6,4
Não pobres	2004	1,06	72,6	47,0	6,8
	2009	1,05	63,5	46,4	6,1
Total	2004	1,05	51,5	39,6	6,9
	2009	1,05	48,4	39,3	6,2

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

No que diz respeito à situação migratória, nota-se que entre os vulneráveis e os não pobres é bem maior a parcela de pessoas que não vive no município de nascimento. Contudo, o fato de a porcentagem de migrantes recentes ser quase a mesma em todas as faixas de renda sugere que hoje a migração não é mais uma estratégia tão boa ou que demora mais do que quatro anos para apresentar resultados.

TABELA 8

Tamanho das famílias, sexo e educação das pessoas de referência por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Estrato	Ano	Família	Pessoa de referência			
			Todas	15 a 64 anos de idade		
		Tamanho médio em pessoas		Escolaridade média em anos de estudo	Analfabetos absolutos em %	Analfabetos absolutos ou funcionais em %
Extremamente pobres	2004	4,9	74,6	2,8	37,2	61,3
	2009	4,2	65,7	3,4	32,7	54,1
Pobres	2004	4,6	76,4	3,9	25,9	47,3
	2009	4,6	67,9	4,3	24,6	43,9
Vulneráveis	2004	3,5	73,0	5,6	12,6	29,7
	2009	3,8	67,8	6,1	12,0	26,9
Não pobres	2004	2,8	72,9	9,5	2,3	8,9
	2009	2,7	65,6	9,3	3,4	10,6
Total	2004	3,5	73,5	6,5	12,5	27,0
	2009	3,3	66,6	7,4	9,7	21,5

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A tabela 8 mostra que, nas últimas décadas, o tamanho das famílias decresceu em todos os estratos de renda com acentuada convergência à média. Os grupos domésticos

pobres e os extremamente pobres são parecidos nesse aspecto, têm em média uma pessoa a mais do que os vulneráveis, e duas a mais que os não pobres. A parcela de grupos domésticos cuja pessoa de referência (chefe) é um homem decresceu de 2004 para 2009. A educação das pessoas de referência melhorou com aumento da escolaridade média e diminuição do analfabetismo absoluto ou funcional, que pode estar relacionado à maior quantidade de mulheres nessa situação em 2009. Porém, a educação das pessoas de referência não pobres piorou um pouco. Essas mudanças podem ser resultado da mobilidade de idosos menos educados para o estrato. Mesmo assim, um abismo de desigualdade educacional separa os chefes das famílias extremamente pobres dos não pobres, cuja taxa de analfabetismo funcional é apenas um sexto da dos primeiros.

Embora as famílias grandes com quatro ou mais crianças de até 14 anos estejam se tornando cada vez mais raras no Brasil, 63% delas são pobres ou extremamente pobres, como mostra a tabela 9. Contudo, no período, as famílias grandes deixaram de ser o segundo tipo mais frequente entre os extremamente pobres. A redução da porcentagem dessas famílias foi compensada pelo aumento de dez pontos percentuais da parcela das famílias sem crianças e de quatro pontos na das famílias monoparentais femininas.

TABELA 9
Distribuição relativa das famílias segundo categorias por
estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Tipo de família	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Casal com uma a três crianças	46,1	41,8	58,2	54,3	43,6	48,8	27,0	22,6	39,6	35,4
Mulher com uma a três crianças	13,6	17,1	14,5	16,9	10,2	12,8	4,3	3,8	8,9	8,6
Homem com uma a três crianças	1,3	0,8	1,4	1,3	1,3	1,6	0,6	0,6	1,1	1,0
Família com quatro ou mais crianças	23,3	15,3	10,7	13,1	1,7	2,1	0,2	0,1	3,5	2,3
Família sem crianças	15,6	25,0	15,2	14,4	43,1	34,6	67,9	72,9	46,9	52,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casal com uma a três crianças	7,0	4,3	17,9	10,3	50,6	52,3	24,4	33,1	100,0	100,0
Mulher com uma a três crianças	9,3	7,3	20,0	13,2	53,1	56,7	17,6	22,9	100,0	100,0
Homem com uma a três crianças	7,2	2,7	15,9	8,1	57,7	58,9	19,2	30,3	100,0	100,0
Família com quatro ou mais crianças	39,6	24,5	36,8	38,3	21,8	35,1	1,7	2,0	100,0	100,0
Família sem crianças	2,0	1,7	4,0	1,8	42,3	24,9	51,8	71,6	100,0	100,0
Total	6,0	3,7	12,2	6,7	46,0	37,9	35,8	51,7	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Considerando em conjunto os tipos de famílias com criança, a análise da tabela 9 sugere que as famílias com crianças eram maioria entre as que saíram dos dois estratos

mais baixos para o de cima e que, em 2009, estas passam a se concentrar entre os pobres e os vulneráveis. Isso se reflete no fato de que apenas entre os extremamente pobres e os não pobres o peso das famílias sem crianças na composição do estrato aumentou, embora na composição total tenha sido o único tipo a aumentar de proporção no período. É razoável supor que parte das famílias com crianças moveu-se para o estrato dos pobres, ou vulneráveis, graças ao maior efeito do PBF sobre sua renda, decorrente dos benefícios vinculados à presença das crianças.

3.5 EDUCAÇÃO

A escolaridade média dos brasileiros com idade entre 15 e 64 anos aumentou pouco de 2004 a 2009, e o avanço foi quase todo concentrado nos pobres e nos extremamente pobres. As taxas de analfabetismo absoluto e/ou funcional caíram, e a queda, também pequena, concentrou-se nos dois estratos inferiores. Assim, a tabela 10 revela uma ligeira melhoria na escolaridade e alfabetização dos jovens e adultos dos dois estratos pobres, pouca mudança para os vulneráveis e ligeira piora para os não pobres. Dada a diferença de tamanho dos estratos e o crescimento da população não pobre, é provável que essa dinâmica se deva em grande parte à saída da pobreza e da vulnerabilidade de indivíduos de menor escolaridade que a antiga média dos não pobres.

TABELA 10
Escolaridade e analfabetismo da população de 15 a 64 anos
por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Estrato	Ano	Escolaridade média em anos de estudo	Analfabetos absolutos em %	Analfabetos absolutos ou funcionais em %
Extremamente pobres	2004	3,8	26,5	47,8
	2009	4,4	23,3	41,6
Pobres	2004	4,7	18,5	36,9
	2009	5,2	17,4	33,4
Vulneráveis	2004	6,4	9,4	22,4
	2009	6,8	9,2	20,7
Não pobres	2004	9,8	1,8	6,9
	2009	9,7	2,7	8,2
Total	2004	7,1	9,2	20,9
	2009	7,9	7,4	16,7

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

As taxas de escolarização das crianças e dos jovens são apresentadas na tabela 11. De 2004 a 2009, a escolarização total das crianças de 0 a 6 anos de idade aumentou, mas menos na faixa de 0 a 3 do que na de 4 a 6. Contudo na faixa dos 4 aos 6, a maior parte da expansão foi da rede pública e se deve, principalmente, ao aumento de séries

no ensino fundamental, como apresentado nesta pesquisa. A escolarização dos jovens progrediu para os de 15 a 18 e caiu entre os de 19 a 24, mas foram variações pequenas.

Na faixa de 7 a 14 anos de idade, a escolarização já era praticamente universal em 2004, mas as taxas dos pobres e dos extremamente pobres eram inferiores à total. No período 2004-2009, as taxas convergiram para 97%-98%, com os não pobres a 99%. O mesmo ocorre para os jovens de 15 a 18 e de 19 a 24 anos, em que as escolarizações dos três primeiros estratos convergem, ficando homogeneamente distantes da escolarização maior dos não pobres.

Nas faixas de 0 a 3 e de 4 a 6 anos, as taxas de escolarização dos vulneráveis ficam entre as dos pobres e extremamente pobres – muito próximas entre si – e a dos não pobres. Finalmente, convém ressaltar que o crescimento da escolarização na faixa de 4 a 6 anos de idade se deve principalmente à mudança para o ensino fundamental de nove séries, e não à expansão do ensino infantil.

TABELA 11

**Taxas específicas de escolarização segundo tipo de rede
por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)**

Idade	Rede	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
		2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
0 a 3 anos	Particular	0,5	1,0	1,4	1,3	4,8	5,1	19,8	18,8	5,6	7,3
	Pública	7,5	9,5	7,1	10,0	8,7	11,8	6,2	9,9	7,7	10,9
	Total	8,0	10,5	8,5	11,3	13,5	16,9	26,0	28,8	13,3	18,2
4 a 6 anos	Particular	3,3	3,1	6,8	4,7	17,8	15,4	53,2	48,4	18,5	19,8
	Pública	57,2	72,0	57,4	70,1	54,1	65,1	32,8	42,0	52,0	61,4
	Total	60,5	75,1	64,2	74,8	71,9	80,5	86,0	90,3	70,5	81,2
7 a 14 anos	Particular	0,9	1,1	2,3	1,9	8,4	7,7	45,4	39,6	12,3	13,6
	Pública	93,3	96,1	94,1	95,5	89,0	90,2	53,9	59,5	84,8	84,5
	Total	94,2	97,1	96,4	97,4	97,4	97,9	99,3	99,1	97,1	98,0
15 a 18 anos	Particular	0,4	0,7	0,9	1,0	5,1	4,1	36,5	27,3	10,8	10,5
	Pública	66,0	72,3	69,9	75,6	69,1	71,4	48,1	54,3	64,3	66,8
	Total	66,4	73,0	70,8	76,6	74,3	75,5	84,6	81,6	75,1	77,3
19 a 24 anos	Particular	0,4	0,9	0,7	1,2	4,2	4,7	26,6	23,0	10,2	12,2
	Pública	19,6	19,3	20,7	17,7	19,0	14,9	13,9	12,6	17,7	14,3
	Total	20,1	20,2	21,5	18,8	23,2	19,7	40,6	35,6	28,0	26,5

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Esse último ponto é mais bem observado na tabela 12, em que as taxas específicas totais da tabela 11 são decompostas de acordo com o nível de ensino (em alguns casos,

a decomposição não é completa). Por exemplo, na tabela 11, a taxa de escolarização das crianças de 4 a 6 anos extremamente pobres em 2009 era 75,1%: 59,5% no pré-escolar e 15,6% no fundamental, segundo a tabela 12.

Em geral, a tabela 12 apresenta um cenário de melhoria, com maior adequação do nível de ensino à faixa etária dos estudantes, crianças e jovens. Em todos os estratos, mas principalmente no extremamente pobre, aumenta a escolarização líquida das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental, diminui no pré-escolar e aumenta no médio, sugerindo que o fluxo está melhorando para as coortes de ingresso mais recente no sistema de ensino. O mesmo acontece para os jovens de 15 a 18 anos no ensino médio, com mais intensidade nos estratos mais pobres.

A tabela 12 revela que a desigualdade entre estratos é grande, exceto na faixa de 7 a 14 anos. Na faixa etária seguinte, quanto mais pobre o estrato maior a escolarização no nível de ensino fundamental em vez do médio. E entre os jovens de 19 a 24, a escolarização em curso superior é ainda privilégio dos não pobres, enquanto parte dos jovens extremamente pobres nesta faixa etária ainda está no ensino fundamental.

TABELA 12

**Taxas específicas de escolarização segundo o nível de ensino
por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)**

Nível de Ensino	Idade	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
		2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Creche ou pré-escolar	0 a 3 anos	8,0	10,5	8,5	11,3	13,5	16,9	26,0	28,8	13,3	18,2
	4 a 6 anos	48,7	59,5	54,0	58,5	62,7	62,2	77,3	69,5	60,7	62,9
	7 a 14 anos	4,6	2,7	2,8	2,2	1,7	1,4	1,5	0,7	2,3	1,5
	15 a 18 anos	11,8	15,6	10,2	16,3	9,3	18,3	8,7	20,8	9,8	18,3
Fundamental	7 a 14 anos	89,4	93,9	93,1	94,6	94,8	95,3	95,9	96,2	93,8	95,3
	15 a 18 anos	46,7	44,4	43,4	42,5	27,5	28,1	12,7	12,8	29,1	26,1
	19 a 24 anos	8,3	6,0	7,4	4,9	4,0	2,6	0,9	0,7	3,8	2,1
	25 a 29 anos	0,1	0,5	0,4	0,6	0,8	1,2	1,7	2,2	0,7	1,3
Médio	15 a 18 anos	16,8	25,5	25,1	31,1	42,8	44,1	60,5	58,9	40,8	46,0
	19 a 24 anos	8,8	10,1	10,9	9,5	11,3	8,4	5,7	4,5	9,4	6,9
Superior	15 a 18 anos	0,0	0,2	0,0	0,3	0,6	1,1	6,4	7,6	1,7	2,9
	19 a 24 anos	0,3	1,5	0,5	1,5	4,4	6,0	29,5	28,3	11,2	15,0

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA 13

Taxas de distorção entre idade e série segundo o nível de ensino por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

Estrato	Ano	Ensino fundamental		Ensino médio	
		Todos	7 a 14 anos	Todos	15 a 18 anos
Extremamente pobres	2004	42,2	32,0	58,8	32,8
	2009	44,5	36,0	45,5	23,6
Pobres	2004	36,2	24,0	54,9	27,4
	2009	40,3	30,7	41,6	20,7
Vulneráveis	2004	25,5	13,1	45,5	18,7
	2009	29,7	19,7	36,3	16,0
Não pobres	2004	11,4	4,6	27,1	8,9
	2009	14,9	8,2	25,1	8,8
Total	2004	28,1	16,7	42,0	17,1
	2009	29,4	20,1	33,0	13,8

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Enquanto o acesso ao ensino distingue apenas os não pobres dos demais estratos, mas não estes entre si, o fluxo diferencia os estratos linearmente. De fato, a tabela 13 mostra que as taxas de distorção entre idade e série no ensino fundamental regular aumentaram, considerando todos os estudantes ou apenas os na faixa etária adequada, 7 a 14 anos. No ensino médio, ocorreu o contrário, com redução das taxas de estudantes com idade dois ou mais anos superior à adequada para a série frequentada, tanto considerando todos no ensino médio regular quanto os na faixa de 15 a 18 anos. Entretanto, as taxas dos estratos crescem em razão inversa a sua renda média.

3.6 CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS

Para que uma moradia seja de fato um lar para o grupo doméstico que a ocupa, proporcionando-lhe bem-estar, ela precisa apresentar uma série de características que a tornem adequada segundo os padrões vigentes na sociedade. A condição de ocupação é um desses aspectos: uma família precisa estar segura quanto à perspectiva de continuar a ocupar sua casa. Uma família que ocupa um barraco construído em uma terra invadida sofre continuamente o medo da remoção, que, além de lançá-la numa nova busca por moradia, fará com que perca o investimento no barraco. Outra família pobre pode até ocupar uma moradia em terreno regular, mas, por causa da volatilidade de sua renda, terá dificuldades em pagar a prestação ou o aluguel do imóvel, o que traz insegurança na forma do espectro constante do despejo.

A tabela 14 mostra que a condição de ocupação mudou pouco de 2004 a 2009. A maior parte das famílias brasileiras tem casa própria, mas, entre os extremamente pobres e os pobres, embora a porcentagem seja até maior que a nacional, a porcentagem dos que têm propriedade do lote onde a edificação está é menor. Imóveis financiados são mais frequentes entre os vulneráveis e os não pobres, da mesma forma que os alugados, embora o aluguel também seja uma forma de ocupação relevante nos dois estratos pobres. Os pesos da prestação e do aluguel na renda domiciliar subiram de 2004 para 2009 e, segundo os dados, as famílias extremamente pobres em imóveis alugados gastaram em média mais do que sua renda em aluguéis – o que pode estar relacionado ao problema da volatilidade da renda ou mesmo ao pequeno número de casos com essa informação na amostra.

Nesta pesquisa, a ocupação da moradia é considerada adequada se o grupo doméstico tem propriedade do lote e da edificação (quitada) ou se o imóvel for financiado ou alugado, quando o valor gasto com a prestação ou com o aluguel for inferior a um terço da renda domiciliar. Logo, são inadequadas a ocupação mediante a cessão por terceiros (é insegura por depender da vontade destes, no caso de imóvel cedido por empregador, por estar vinculada ao emprego); a posse do imóvel, mas não do lote, que provavelmente caracteriza loteamentos irregulares ou invasões; e prestações e aluguéis que consumam mais de um terço da renda domiciliar. No período 2004-2009, a porcentagem da população brasileira ocupando moradias de forma adequada quase não mudou, ficando em torno de 83%, com mudanças pequenas na porcentagem dos estratos em favor dos extremamente pobres e em detrimento dos demais estratos.

TABELA 14

Indicadores de condição de ocupação dos domicílios pelas famílias por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

(Em % das famílias)

Indicadores	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Propriedade do lote	62,9	67,4	64,2	65,5	68,2	66,3	72,8	72,2	69,0	69,3
Casa própria	70,8	72,2	69,6	69,9	68,9	67,8	69,5	69,9	69,3	69,2
Financiado	1,6	1,4	2,0	1,4	3,9	3,3	6,0	5,5	4,3	4,3
Alugado	7,7	10,6	11,2	12,7	15,2	16,9	18,7	18,2	15,5	17,1
Valor da prestação em % da renda domiciliar	80,0	116,8	23,3	35,0	14,7	19,4	12,0	14,5	15,1	17,4
Valor do aluguel em % da renda domiciliar	92,4	139,7	26,6	36,9	20,5	26,1	14,7	19,4	20,5	24,9
Ocupação adequada	65,5	68,3	72,4	71,8	81,5	78,8	90,8	88,0	82,7	82,7

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A qualidade da construção que serve de moradia é outro aspecto importante, em função do bem-estar que pode proporcionar à família. A evolução neste aspecto foi substantiva no período 2004-2009 para os extremamente pobres, e um pouco menos para os pobres, com estabilidade dos indicadores dos outros dois estratos, conforme se observa na tabela 15. O progresso mais notável foi o aumento da porcentagem de famílias em domicílios com canalização interna de água e com banheiro exclusivo. A densidade habitacional média, o número de pessoas por cômodo servindo de dormitório, quase não mudou.

O indicador que considera o domicílio adequado em mais de um aspecto – se as paredes e o telhado são feitos de materiais duráveis; se conta com canalização interna de água e banheiro exclusivo; e se a densidade habitacional é igual ou inferior a três habitantes por dormitório – também progrediu. Isso sugere que as famílias investiram na melhoria de qualidade de suas casas fazendo o que faltava: substituindo tetos e paredes precários e construindo banheiros (o que pode ser a causa direta do aumento da canalização interna).

TABELA 15
Indicadores da qualidade dos domicílios por estratos
de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)
(Em % das famílias)

Indicadores	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Paredes duráveis	86,9	91,4	93,9	94,4	97,7	98,1	99,5	99,4	97,3	98,3
Tetos duráveis	93,2	95,6	96,6	96,8	98,2	98,3	99,1	98,9	98,0	98,4
Canalização interna	57,9	70,3	74,2	78,1	90,3	91,8	98,3	97,6	89,3	93,1
Banheiro exclusivo	70,9	78,5	84,6	86,1	94,0	95,2	98,9	98,4	93,2	95,6
Pessoas por dormitório	2,7	2,4	2,5	2,5	1,9	2,0	1,6	1,5	1,9	1,8
Domicílios adequados	39,8	52,9	57,2	60,5	81,8	82,9	95,8	94,9	81,3	86,5

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

O saneamento dos domicílios é determinado pelo acesso à água e a banheiro com escoadouro de esgoto adequado; e pela disponibilidade de serviços públicos de distribuição de água, escoamento de esgoto e coleta de lixo. A tabela 16 mostra que a maior parte das famílias tem acesso à água na propriedade, mas nem sempre a água é de rede geral de distribuição – supostamente tratada e adequada ao consumo humano. A maior parte das famílias tem acesso a um banheiro, mas, para 24,5%, com esgotamento inadequado.

TABELA 16

Indicadores do saneamento dos domicílios por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)

(Em % das famílias)

Indicadores	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Água de rede geral	59,4	65,1	68,9	69,4	81,3	81,4	91,4	89,6	82,1	84,3
Água na propriedade	83,6	89,8	92,0	92,9	97,2	97,7	99,6	99,3	96,6	97,9
Acesso a banheiro	73,0	80,4	86,4	87,6	95,4	96,1	99,3	98,9	94,3	96,4
Esgotamento para rede ou fossa séptica	32,5	39,5	44,1	45,0	65,6	65,2	86,5	82,6	68,5	71,9
Coleta de lixo	55,9	62,7	67,8	70,7	84,5	86,2	95,3	94,3	84,6	88,5
Água e esgotamento	32,0	38,6	43,8	44,2	65,4	64,8	86,5	82,5	68,3	71,7
Água de rede, esgotamento e lixo	27,0	33,3	38,1	37,9	59,6	58,9	82,1	77,9	63,0	66,4

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Os indicadores de saneamento progrediram mais para os extremamente pobres, mas as desigualdades entre os estratos são grandes e maiores na porcentagem de famílias com escoadouro adequado de esgoto – apenas 40% entre os extremamente pobres e 83% entre os não pobres. Dado que o esgotamento implica a existência de água, em menos da metade dos domicílios extremamente pobres a água que entra recebe tratamento adequado ao sair – situação que surpreendentemente se repete para quase um quinto dos não pobres.

Os indicadores que consideram o saneamento em mais de um aspecto – presença de acesso a banheiro com esgotamento adequado e abastecimento de água, independentemente da origem; e adicionalmente que a água seja de rede geral e que haja coleta de lixo regular – seguem essencialmente a mesma tendência dos indicadores que os compõem. Assim, as famílias pobres e os extremamente pobres têm indicadores próximos em nível e as vulneráveis ocupam uma posição intermediária entre eles e os não pobres. Contudo, o nível desses indicadores de saneamento é determinado principalmente pela presença de esgotamento adequado, para rede ou fossa séptica – claramente a pior dimensão do saneamento, que, em geral, pouco mudou no período.

Além de ocupar de forma segura uma moradia salubre, de tamanho adequado e bem construída, uma família precisa ter acesso à energia elétrica para a iluminação e eletrodomésticos. A tabela 17 mostra que a porcentagem de domicílios com energia

elétrica já era bastante elevada em 2004 (97%), e cresceu ainda mais no período, chegando a 99%. A desigualdade desse indicador entre os estratos de renda diminuiu bastante, com a cobertura dos extremamente pobres chegando a 94% dos domicílios. Em 2009, apenas o fogão era mais frequente do que a iluminação elétrica nos domicílios extremamente pobres (ver tabela 18).

TABELA 17
Indicadores de fontes de energia e acesso a telefonia por
estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)
 (em % das famílias)

Indicadores	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Iluminação elétrica	85,9	94,3	92,6	96,6	97,3	98,8	99,5	99,6	96,8	98,9
Fogão a gás ou elétrico	66,3	76,8	80,4	82,4	91,6	93,2	98,1	97,3	91,1	94,0
Telefone celular	12,4	48,8	23,1	61,6	40,6	77,9	69,8	82,8	47,2	78,3
Telefone fixo	8,0	7,9	16,7	9,8	40,3	28,9	76,0	58,8	48,2	42,3
Telefone fixo ou celular	17,7	50,9	33,2	63,7	60,3	82,2	89,3	90,4	64,8	84,0

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A despeito do elevado acesso à energia elétrica, seu uso para cozinhar não é comum no Brasil: fornos e fogões nos quais o calor é produzido por resistências, lâmpadas ou por indução são geralmente produtos sofisticados e caros. O combustível mais usado para cozinhar é o gás natural canalizado ou de botijão. A porcentagem da população usando gás ou energia elétrica como combustível do fogão cresceu no período, e quase todo este crescimento foi entre os extremamente pobres. Pode-se especular que o progresso está associado à redução no valor médio real do gás: segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, a despesa média das famílias com gás era de R\$ 34,00, em 2003, que se reduziu a R\$ 25,00 em 2009 (ambos os valores a preços de dezembro de 2010).

Os serviços de telefonia passaram por um intenso processo de democratização e desconcentração nos últimos 15 anos, com a diminuição do tempo de espera e do custo inicial das linhas a partir das privatizações. Entretanto, a tabela 17 mostra que ainda eram baixas as porcentagens de domicílios pobres e extremamente pobres com acesso à telefonia em 2004. De 2004 a 2009, a população com acesso à telefonia aumentou, sendo que houve diminuição na porcentagem com telefone fixo no domicílio ao mesmo tempo em que houve aumento na porcentagem dos domicílios nos quais ao menos um morador possui telefone celular.

Nos últimos anos, a rápida expansão do serviço de telefonia celular, em particular dos planos pré-pagos, promoveu uma segunda leva de desconcentração, tornando a telefonia realmente acessível aos mais pobres, uma vez que as tarifas mensais para a manutenção de telefones fixos são elevadas para a população de baixa renda. Entre os pobres, a expansão do acesso à telefonia se dá pelo aumento da porcentagem de domicílios com celular. Nos demais estratos também houve substituição de telefones fixos por celulares.

A tabela 18 mostra que as famílias aproveitaram o bom momento dos últimos anos expandindo seus inventários de bens de consumo duráveis. Com exceção do fogão, item praticamente universal, e do rádio, também popular, mas não tão atrativo quanto outrora, as porcentagens de famílias contando com os outros bens aumentaram. O aumento foi mais intenso para bens emblemáticos da desigualdade social, como a máquina de lavar roupa e o computador pessoal.

A presença de computador aumentou em todos os estratos, mas os outros bens tiveram o crescimento concentrado nos três estratos de renda mais baixa. Chama muita atenção, na tabela 18, a baixa porcentagem dos domicílios pobres e extremamente pobres que contam com geladeira e fogão no domicílio, indicador amarrado pela presença de geladeira – em 2008 e 2004, 20% e mais de 30%, respectivamente, das famílias desses estratos não têm geladeira em casa.

TABELA 18

**Indicadores da presença de bens de consumo duráveis
por estratos de renda domiciliar *per capita* – Brasil (2004 e 2009)**

(Em % das famílias)

Indicadores	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Fogão (1)	95,8	95,8	98,5	98,0	99,3	99,2	99,4	99,2	99,1	99,0
Rádio (2)	70,4	73,1	79,8	78,2	87,1	85,9	93,9	91,4	87,7	87,8
Televisão (3)	67,0	84,8	81,6	90,5	90,1	95,7	97,1	97,0	90,2	95,6
Geladeira (4)	51,9	68,4	71,1	80,2	88,3	93,0	97,3	96,9	87,2	93,3
Lava roupas (5)	4,2	8,1	7,6	11,9	23,3	30,2	60,9	60,1	33,7	43,6
Computador (6)	0,5	3,3	1,0	5,4	5,9	21,3	36,2	49,3	15,8	34,1
1 + 4	51,6	67,6	70,9	79,8	88,1	92,8	97,1	96,6	87,0	93,0
1 + 2 + 3 + 4	36,7	51,5	56,0	62,7	75,8	79,3	90,7	88,0	76,4	81,7
1 + 2 + 3 + 4 + 5	3,4	6,6	6,5	10,2	21,6	27,3	58,6	56,9	31,9	40,7

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

3.7 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTRATOS DE RENDA

Até este ponto, o perfil considerou apenas os dados do Brasil, mas a desagregação geográfica é fundamental, uma vez que a distribuição dos estratos de renda não é uniforme entre os domínios e até para pessoas e famílias do mesmo estrato os demais indicadores podem variar bastante entre regiões e ainda mais entre Unidades da Federação.

A tabela 19 apresenta em milhões de famílias ou de pessoas o tamanho dos estratos de renda para o Brasil, desagregado de acordo com o tamanho dos municípios e a situação censitária. A porcentagem da população da área fornece para cada nível de desagregação parte dos dados da tabela 2.

TABELA 19
Tamanho dos estratos de renda domiciliar *per capita* segundo
o tamanho do município e a situação censitária – Brasil (2004 e 2009)

Município	Situação	Estrato	População em milhões						% da população da área						% da população total do estrato					
			Famílias		Pessoas				Famílias		Pessoas				Famílias		Pessoas			
			2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Grande	Rural	Ext. pobres	0,07	0,04	0,37	0,16	7,4	3,4	10,9	4,2	2,30	1,80	2,30	1,80	2,50	1,80	2,50	1,80	2,50	1,80
		Pobres	0,16	0,10	0,71	0,46	16,4	8,7	20,7	12,4	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,60
		Vulneráveis	0,50	0,51	1,77	1,92	53,1	45,4	51,5	51,6	2,20	2,40	2,20	2,40	2,20	2,40	2,20	2,40	2,20	2,40
		Não pobres	0,22	0,48	0,58	1,18	23,1	42,6	16,9	31,8	1,20	1,60	1,20	1,60	1,10	1,50	1,10	1,50	1,10	1,50
		Total	0,95	1,12	3,43	3,72	100,0	100,0	100,0	100,0	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	2,00
	Urbano	Ext. pobres	0,91	0,57	4,14	2,08	3,5	2,0	4,7	2,3	30,00	27,40	30,00	27,40	27,60	24,00	27,60	24,00	27,60	24,00
		Pobres	2,20	1,20	9,99	5,48	8,5	4,1	11,4	5,9	35,80	31,40	35,80	31,40	35,40	31,40	35,40	31,40	35,40	31,40
		Vulneráveis	10,94	9,90	39,60	37,47	42,1	34,1	45,1	40,6	47,20	46,00	47,20	46,00	48,30	46,30	48,30	46,30	48,30	46,30
		Não pobres	11,94	17,40	34,05	47,21	45,9	59,9	38,8	51,2	66,20	59,30	66,20	59,30	66,40	60,60	66,40	60,60	66,40	60,60
		Total	25,99	29,07	87,78	92,23	100,0	100,0	100,0	100,0	51,60	51,20	51,60	51,20	49,70	49,90	49,70	49,90	49,70	49,90
Pequeno	Rural	Ext. pobres	0,98	0,61	4,51	2,24	3,6	2,0	4,9	2,3	32,30	29,20	32,30	29,20	30,10	25,80	30,10	25,80	30,10	25,80
		Pobres	2,36	1,29	10,70	5,94	8,8	4,3	11,7	6,2	38,30	34,00	38,30	34,00	37,90	34,00	37,90	34,00	37,90	34,00
		Vulneráveis	11,44	10,41	41,37	39,39	42,5	34,5	45,4	41,0	49,40	48,40	49,40	48,40	50,50	48,70	50,50	48,70	50,50	48,70
		Não pobres	12,15	17,88	34,63	48,39	45,1	59,2	38,0	50,4	67,40	60,90	67,40	60,90	67,50	62,10	67,50	62,10	67,50	62,10
		Total	26,94	30,19	91,21	95,95	100,0	100,0	100,0	100,0	53,40	53,20	53,40	53,20	51,70	51,90	51,70	51,90	51,70	51,90
	Urbano	Ext. pobres	1,08	0,78	5,80	3,53	15,6	10,5	21,6	13,4	35,50	37,50	35,50	37,50	38,70	40,90	38,70	40,90	38,70	40,90
		Pobres	1,64	1,16	7,58	5,34	23,8	15,5	28,2	20,3	26,60	30,40	26,60	30,40	26,80	30,60	26,80	30,60	26,80	30,60
		Vulneráveis	3,29	3,37	11,15	12,47	47,8	45,1	41,5	47,3	14,20	15,60	14,20	15,60	13,60	15,40	13,60	15,40	13,60	15,40
		Não pobres	0,88	2,16	2,36	4,99	12,8	28,9	8,8	19,0	4,90	7,40	4,90	7,40	4,60	6,40	4,60	6,40	4,60	6,40
		Total	6,88	7,47	26,88	26,34	100,0	100,0	100,0	100,0	13,70	13,20	13,70	13,20	15,20	14,30	15,20	14,30	15,20	14,30
Total	Rural	Ext. pobres	0,98	0,70	4,66	2,88	5,9	3,6	8,0	4,6	32,30	33,30	32,30	33,30	31,10	33,30	31,10	33,30	31,10	33,30
		Pobres	2,16	1,35	9,96	6,17	13,0	7,1	17,0	9,9	35,00	35,60	35,00	35,60	35,30	35,40	35,30	35,40	35,30	35,40
		Vulneráveis	8,45	7,74	29,49	28,99	50,9	40,5	50,5	46,4	36,40	36,00	36,40	36,00	36,00	35,90	36,00	35,90	36,00	35,90
		Não pobres	5,00	9,33	14,32	24,48	30,1	48,8	24,5	39,2	27,70	31,80	27,70	31,80	27,90	31,40	27,90	31,40	27,90	31,40
		Total	16,58	19,11	58,42	62,53	100,0	100,0	100,0	100,0	32,90	33,70	32,90	33,70	33,10	33,80	33,10	33,80	33,10	33,80
	Urbano	Ext. pobres	2,06	1,48	10,46	6,42	8,8	5,6	12,3	7,2	67,70	70,80	67,70	70,80	69,90	74,20	69,90	74,20	69,90	74,20
		Pobres	3,80	2,51	17,53	11,52	16,2	9,4	20,6	13,0	61,70	66,00	61,70	66,00	62,10	66,00	62,10	66,00	62,10	66,00
		Vulneráveis	11,74	11,10	40,63	41,45	50,0	41,8	47,6	46,6	50,60	51,60	50,60	51,60	49,50	51,30	49,50	51,30	49,50	51,30
		Não pobres	5,88	11,49	16,68	29,48	25,1	43,2	19,6	33,2	32,60	39,10	32,60	39,10	32,50	37,90	32,50	37,90	32,50	37,90
		Total	23,47	26,58	85,31	88,87	100,0	100,0	100,0	100,0	46,60	46,80	46,60	46,80	48,30	48,10	48,30	48,10	48,30	48,10

(Continua)

(Continuação)

Município	Situação	Estrato	População em milhões						% da população da área						% da população total do estrato					
			Famílias		Pessoas				Famílias		Pessoas				Famílias		Pessoas			
			2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Rural		Ext. pobres	1,15	0,82	6,18	3,69	14,60	9,50	20,40	12,30	37,80	39,30	41,20	42,60						
		Pobres	1,80	1,25	8,29	5,80	22,90	14,60	27,30	19,30	29,20	33,00	29,40	33,30						
		Vulneráveis	3,79	3,87	12,91	14,38	48,40	45,10	42,60	47,90	16,40	18,00	15,70	17,80						
		Não pobres	1,10	2,64	2,94	6,17	14,00	30,70	9,70	20,50	6,10	9,00	5,70	7,90						
		Total	7,83	8,58	30,32	30,05	100,00	100,00	100,00	100,00	15,50	15,10	17,20	16,30						
Urbano		Ext. pobres	1,89	1,27	8,80	4,96	4,40	2,60	6,00	3,20	62,20	60,70	58,80	57,40						
		Pobres	4,36	2,55	19,94	11,65	10,20	5,30	13,60	7,50	70,80	67,00	70,60	66,70						
		Vulneráveis	19,38	17,64	69,09	66,45	45,50	36,60	47,30	42,90	83,60	82,00	84,30	82,20						
		Não pobres	16,93	26,73	48,37	71,69	39,80	55,50	33,10	46,30	93,90	91,00	94,30	92,10						
		Total	42,57	48,19	146,20	154,76	100,00	100,00	100,00	100,00	84,50	84,90	82,80	83,70						
Total		Ext. pobres	3,04	2,08	14,98	8,65	6,00	3,70	8,50	4,70	100,00	100,00	100,00	100,00						
		Pobres	6,16	3,80	28,23	17,46	12,20	6,70	16,00	9,40	100,00	100,00	100,00	100,00						
		Vulneráveis	23,18	21,51	82,00	80,84	46,00	37,90	46,50	43,70	100,00	100,00	100,00	100,00						
		Não pobres	18,03	29,37	51,31	77,86	35,80	51,70	29,10	42,10	100,00	100,00	100,00	100,00						
		Total	50,40	56,77	176,52	184,81	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00						

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Uma maneira de interpretar a tabela 19 é que, nos municípios pequenos e nos domicílios rurais, aproximadamente 780 mil famílias eram extremamente pobres, em 2009 – 10,5% das famílias desse nível de desagregação e 37,5% das famílias extremamente pobres brasileiras. Logo, entre as famílias rurais dos municípios pequenos, a incidência de pobreza extrema era mais de duas vezes superior à média nacional, e estas famílias representavam mais de um terço das famílias extremamente pobres do Brasil.

Para outros níveis de desagregação geográfica, a quantidade de informações a serem tratadas se torna enorme. Aqui, tendo em mente que a incidência e a distribuição espacial da pobreza, resguardadas as diferenças de magnitude, seguem, em cada ano e na evolução, os padrões da pobreza extrema, e que os vulneráveis e os não pobres se comportam de forma inversa, será dado maior foco à distribuição da extrema pobreza.

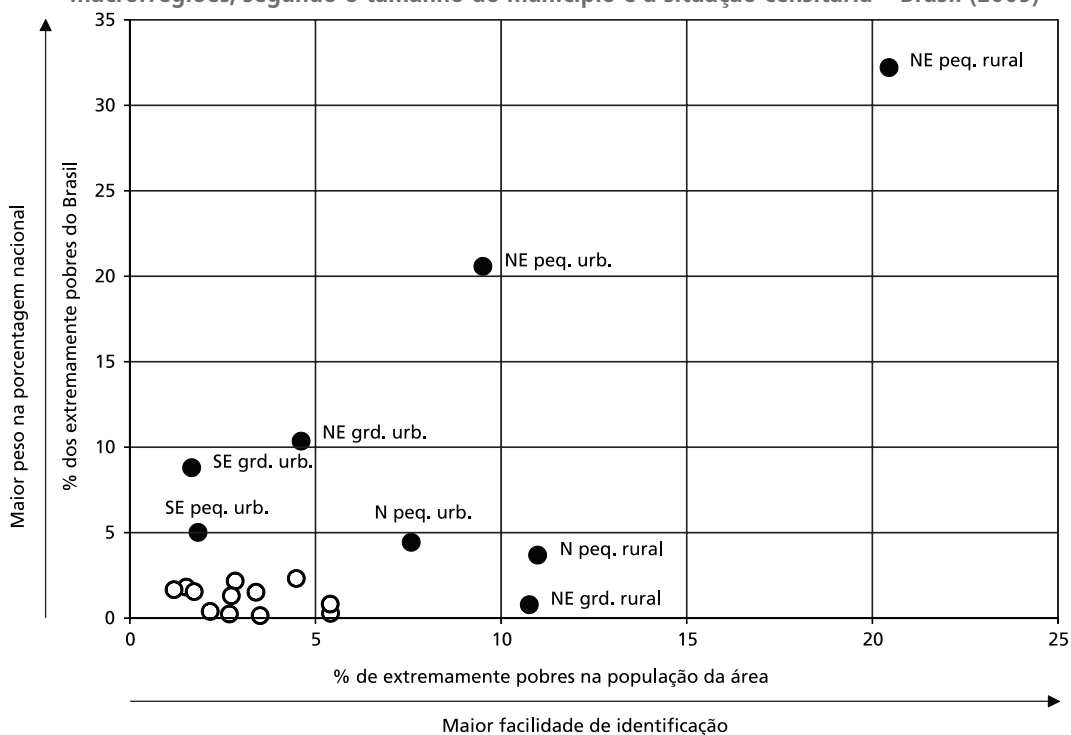
Para proporcionar uma representação da distribuição espacial da população extremamente pobre em 2009, o Brasil foi desagregado nas cinco macrorregiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), por sua vez divididas de acordo com o tamanho dos municípios e a situação censitária dos domicílios, gerando vinte áreas. Para cada área foi calculada a incidência da pobreza extrema e porcentagem dos extremamente pobres do Brasil nela concentrada.

O cruzamento desses dois indicadores é apresentado no gráfico 1, delimitando as áreas prioritárias para uma intervenção de combate à pobreza extrema que pretenda maximizar sua efetividade, as mais à direita e acima, assinaladas com marcadores preenchidos. Quanto mais à direita, mais fácil, em tese, é a identificação dos extremamente pobres na área; e quanto mais acima, maior seria o impacto da erradicação da extrema pobreza na área sobre o nível nacional.

As zonas rurais dos municípios pequenos do Nordeste destacam-se como prioridade: além de grande parte da população local ser extremamente pobre, reúnem uma grande parcela do total de pobres extremos do Brasil. As áreas urbanas dos pequenos municípios nordestinos também se destacam da mesma forma; portanto, a ênfase nos municípios pequenos do Nordeste é uma estratégia que pode levar a política de combate à pobreza extrema a grandes ganhos de efetividade.

GRÁFICO 1

Incidência de pobreza extrema e distribuição das pessoas extremamente pobres por macrorregiões, segundo o tamanho do município e a situação censitária – Brasil (2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

As outras áreas destacadas se dividem em dois grupos. Nas zonas urbanas do Sudeste e dos grandes municípios nordestinos, a incidência da pobreza extrema não é tão alta, mas a grande concentração da população brasileira nestas faz com que uma parte substantiva dos extremamente pobres se concentre. Já nos municípios pequenos do Norte e nas zonas rurais dos grandes municípios do Nordeste, a incidência é elevada, mas não o peso da população extremamente pobre local no total nacional. Secundária à atuação nos pequenos municípios do Nordeste, a atuação no primeiro grupo de municípios em detrimento do segundo garantiria maior efetividade na redução da pobreza extrema no Brasil; a intervenção no segundo em detrimento do primeiro garantiria a diminuição de regiões com pobreza extrema muito acima da média nacional.

3.8 FAMÍLIAS TÍPICAS

Embora várias características possam ser escolhidas para embasar a definição de alguns tipos ideais de famílias em pobreza e em pobreza extrema, o objetivo de subsidiar

a atuação da política social permite limitar o escopo. De um lado, a prestação de serviços sociais e parte das transferências de renda são condicionadas pela idade dos beneficiários, além de a elegibilidade para recebê-las ser influenciada pelo tamanho do grupo doméstico, o que torna relevante a composição demográfica destes. Por outro lado, as conexões das famílias com as fontes de renda definem grupos cujos percursos para a emancipação duradoura da pobreza e da extrema pobreza serão diferentes, conferindo importância à situação da população em idade ativa (PIA) das famílias.

Com isso em mente, foram conduzidas várias análises exploratórias com técnicas estatísticas de agrupamento das observações em função da sua proximidade no espaço multidimensional definido pelas características de interesse – representadas pelos indicadores deste perfil. Os melhores resultados em termos da homogeneidade e da diferenciação entre estratos dos grupos obtidos foram resultado da aplicação ora das características das famílias (tipo de núcleo e tamanho decomposto por faixas etárias), ora das características da PIA, mas não de ambas. Em outras palavras, famílias homogêneas nas PIA eram heterogêneas nas características demográficas e vice-versa.

Em face à ênfase da política de combate à pobreza e à pobreza extrema no resgate das famílias via inserção no mercado de trabalho, optou-se por caracterizá-las em função das conexões ou da ausência destas na PIA familiar à renda do trabalho. Embora as técnicas estatísticas supramencionadas forneçam grupos para os quais a participação das famílias é probabilística, a partir das informações geradas e de investigações adicionais sobre a base de dados, foram criados três tipos mutuamente exclusivos de famílias:

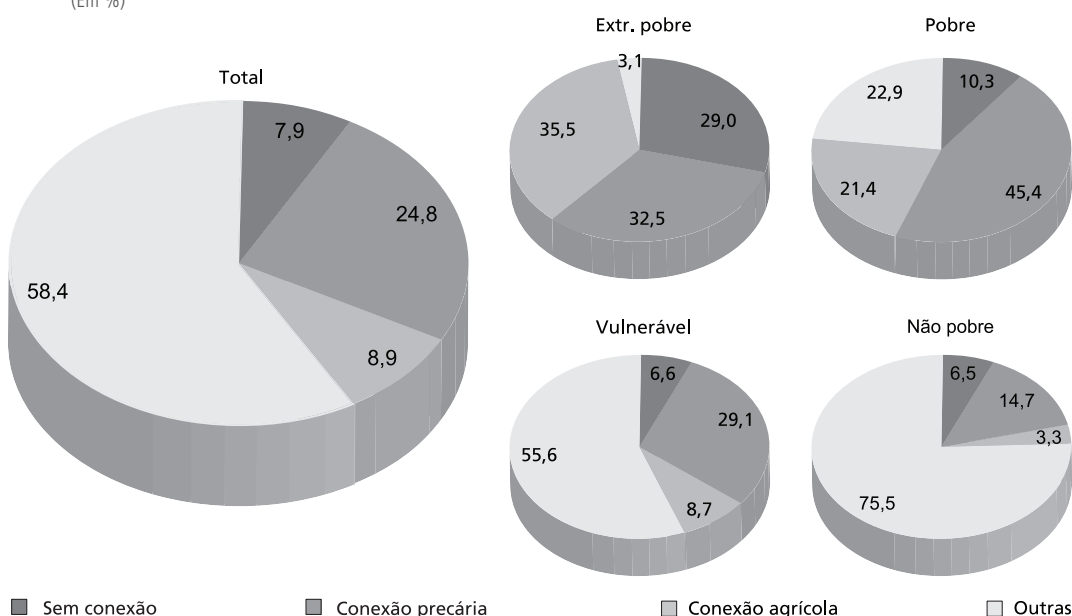
- famílias com conexão agrícola: ao menos metade da PIA familiar ocupada se enquadra na categoria de produtores agrícolas. A classificação nesta categoria tem prioridade sobre as demais;
- famílias com conexão precária: a PIA familiar ocupada (desconsiderando desocupados e inativos) é composta por pessoas que se enquadram nas categorias empreendedores e empregados informais. Uma família que tenha PIA composta por dois ocupados, um agrícola e outro informal, é classificada na conexão agrícola; e uma com três ocupados, dois informais e um agrícola é classificada como conexão precária;
- famílias sem conexão: a PIA é integralmente composta por desocupados e inativos.

As famílias que não se enquadram em nenhum dos três tipos são classificadas na categoria residual outras famílias e têm ao menos uma conexão forte ao mercado

de trabalho mediante membro empregador ou empregado formal. A distribuição da população de pessoas de cada estrato de renda entre os três tipos de família típicos da extrema pobreza e as outras famílias é apresentada no gráfico 2. Quase toda a população extremamente pobre e mais de três quartos da população pobre estão em uma das famílias típicas, contra menos da metade e por volta de um quarto nos estratos de renda média mais alta.

GRÁFICO 2
Distribuição relativa da população total e dos estratos de renda segundo tipos de família – Brasil (2009)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

A tabela 20 apresenta alguns indicadores de características dos tipos de família por estratos de renda. As outras famílias são o único tipo associado ao pertencimento ao estrato não pobre e negativamente associado ao pertencimento a todos os demais estratos. A frequência de pessoas dessas famílias em pobreza extrema, em pobreza e em vulnerabilidade é menor do que a esperada se não existisse associação entre o tipo de família e a renda. No caso da pobreza extrema, a frequência de pessoas em outras famílias que não as três típicas (265 mil) é apenas 5% da esperada.

Em contraposição, as famílias com conexão agrícola são o tipo mais fortemente associado com a pobreza extrema – na qual a frequência é quatro vezes maior que a

esperada – e com a pobreza – frequência 2,4 vezes maior do que a esperada. O segundo tipo fortemente associado à pobreza extrema – frequência 3,6 vezes maior do que a esperada – e à pobreza – frequência 1,3 vezes maior que a esperada – é o das famílias sem conexão.

Já as famílias com conexão precária estão mais intensamente associadas à pobreza do que à extrema pobreza e também estão positivamente associadas ao pertencimento ao estrato vulnerável, ao contrário dos outros dois tipos de família típicos da extrema pobreza.

TABELA 20

Características selecionadas da população das famílias típicas – Brasil (2009)

		Sem conexão	Conexão precária	Conexão agrícola	Outras	Total
Extremamente pobres	População em milhões	2,505	2,809	3,073	0,265	8,653
	Cobertura do PBF (%)	60,2	58,2	79,9	44,8	66,1
	Renda média em R\$	24,94	48,94	38,50	42,86	38,09
	% renda do trabalho	7,4	72,0	51,1	77,1	52,4
	% renda de prev./ass.	6,4	1,1	0,7	1,9	2,0
	% renda do PBF	61,1	24,1	46,2	18,9	38,9
Pobres	População em milhões	1,800	7,920	3,731	4,004	17,455
	Cobertura do PBF (%)	45,9	61,1	73,5	48,4	59,3
	Renda média em R\$	102,05	102,90	100,60	110,39	104,04
	% renda do trabalho	8,8	79,2	69,6	88,6	72,4
	% renda de prev./ass.	53,7	4,6	11,3	2,9	10,5
	% renda do PBF	10,5	13,1	16,2	7,2	12,0
Vulneráveis	População em milhões	5,317	23,549	7,029	44,944	80,840
	Cobertura do PBF (%)	17,6	34,7	38,2	22,0	26,8
	Renda média em R\$	258,95	260,92	250,91	294,92	278,82
	% renda do trabalho	8,9	76,3	63,5	87,4	77,7
	% renda de prev./ass.	77,9	17,5	30,6	9,2	17,3
	% renda do PBF	1,7	2,9	3,3	1,3	1,9
Não pobres	População em milhões	5,040	11,475	2,596	58,753	77,865
	Cobertura do PBF (%)	2,2	4,3	8,1	2,8	3,2
	Renda média em R\$	1035,13	1086,05	853,78	1237,55	1189,32
	% renda do trabalho	16,8	73,9	71,5	80,9	76,1
	% renda de prev./ass.	72,2	21,2	24,8	15,9	20,0
	% renda do PBF	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Total	População em milhões	14,662	45,755	16,430	107,966	184,813
	Cobertura do PBF (%)	23,1	33,1	49,3	12,6	21,8
	Renda média em R\$	466,50	427,50	272,31	800,42	634,65
	% renda do trabalho	14,9	74,9	67,7	81,9	76,3
	% renda de prev./ass.	72,2	19,2	25,3	14,8	19,3
	% renda do PBF	1,2	1,7	4,0	0,3	0,7

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Além da boa caracterização que os três tipos de família fazem da pobreza extrema e da pobreza, dentro destes e dos outros estratos, essas famílias têm renda média menor

do que a das outras famílias. Conforme o esperado, nas famílias em que a PIA tem conexão precária ou agrícola à renda do trabalho, bem como nas outras famílias, a maior parte da renda média é composta pelo trabalho. As famílias sem conexão têm uma pequena parte de sua renda devida ao trabalho de membros que não foram considerados parte da PIA neste perfil, crianças de 10 a 15 anos, estudantes de 16 a 24 anos e pessoas de 65 anos ou mais.

Do ponto de vista da composição da renda média, a diferença mais marcante é o peso mais elevado da renda da previdência e da assistência social e do PBF para as famílias sem conexão. As famílias sem conexão extremamente pobres têm 61% de sua renda composta de transferências do PBF, enquanto as famílias vulneráveis e as não pobres têm na previdência e na assistência social mais de 70% de sua renda. O principal fator de estratificação social das famílias sem conexão ao mercado de trabalho é, portanto, a modalidade de conexão às transferências da política social: se a conexão é via PBF, a família provavelmente será pobre ou extremamente pobre, se via benefícios atrelados ao mínimo ou de valor superior, quase certamente estará entre os vulneráveis ou entre os não pobres.

Embora a renda do PBF seja mais importante para a composição na renda das famílias sem conexão à renda do trabalho, a cobertura das pessoas em famílias de conexão agrícola pelo PBF é bem maior em todos os estratos – lembrando que essa cobertura é subestimada na PNAD e que as porcentagens reais devem ser maiores. Exceto entre os extremamente pobres, as famílias de conexão agrícola são aquelas para as quais as transferências do PBF são mais importantes na composição da renda média.

4 CONCLUSÕES

No período 2004-2009, a parcela não pobre subiu de 29% para 42% da população brasileira, passando de 51,3 milhões a 77,9 milhões de pessoas. Enquanto as populações dos estratos extremamente pobre, pobre e vulnerável decresceram em tamanho absoluto. Dos 26,6 milhões de brasileiros que escaparam da pobreza e da alta vulnerabilidade, ao menos 18,3 milhões vieram dos estratos de renda mais baixa. Essas pessoas foram estruturalmente alavancadas pelo aumento real de 28% da renda domiciliar *per capita* acompanhado pela redução da desigualdade. Os outros 8,3 milhões são a diferença

entre os totais de população, mas obviamente nem todas as pessoas nascidas no Brasil de 2004 a 2009 eram não pobres.

Embora não se disponha de dados para estudar a mobilidade de renda, para além do dimensionamento do fluxo de pessoas implicado pelas mudanças estruturais na distribuição da renda, algumas mudanças no perfil da pobreza sugerem ter havido também bastante mobilidade de circulação. A parte mais pobre da distribuição de renda parece ter entrado em ebulição, com intensa circulação de famílias entre os estratos mais baixos. Infelizmente, a ausência de dados impossibilita uma medida razoável da intensidade da mobilidade de renda nos últimos anos.

As mudanças na distribuição de renda no período de 2004 a 2009 foram em grande parte motivadas pela estabilidade conferida pela política macroeconômica e pelo momento positivo da economia internacional, que criaram um ambiente propício para o crescimento econômico e a geração de empregos. Também ajudaram as mudanças demográficas e o lento aumento da escolaridade da população adulta e outros determinantes menos diretos poderiam ser lembrados.

No entanto, a grande novidade no período foi a transformação da política social em protagonista dos processos de redução da desigualdade de renda e da mudança no perfil da pobreza. Esse protagonismo veio por meio dos aumentos reais do salário mínimo, que recentemente passaram de compromisso de governo a lei, e da expansão das transferências focalizadas de renda. Ainda que subestimados pela PNAD, os dados são impressionantes: o número de beneficiários do BPC aumentou 69% de 2004 a 2009, quando o PBF atingiu 40 milhões de pessoas em 9 milhões de famílias.

Por essas razões, a composição da renda média dos estratos pobre e extremamente pobre mudou substancialmente de 2004 a 2009. O aumento real do salário mínimo garantiu que famílias com pessoas que o recebem como renda do trabalho, da previdência ou assistência social ficassem entre as pobres ou entre as vulneráveis, fazendo cair a participação das fontes de renda de valor igual ou superior ao mínimo para a média dos extremamente pobres. Somente famílias com grande número de dependentes podem ter uma pessoa com salário mínimo e continuarem extremamente pobres. No outro polo da distribuição, quase toda a renda dos não pobres provém do trabalho ou da previdência social de mais de um salário mínimo.

A renda dos extremamente pobres passa a ser composta, principalmente, pela renda do trabalho remunerado a menos de um salário mínimo e pelas transferências do PBF, que, de 2004 a 2009, passam de 15% a 39% da média do estrato. As transferências do PBF também ganham importância para a composição da renda dos pobres. E embora seu peso na renda média dos vulneráveis – dada a disparidade entre a média do estrato e a dos benefícios – seja pequeno, podem funcionar como complementação para a ascensão de famílias pobres com outras fontes de renda ao estrato vulnerável, que é o que possui maior quantidade de famílias beneficiárias.

As mudanças na composição da PIA dos estratos de renda são consonantes com as mudanças na composição da renda. A PIA dos não pobres cresce em tamanho, mas, como a dos vulneráveis, praticamente não muda sua composição por categorias e seu tamanho relativo à população do estrato.

A parcela de desocupados e inativos na PIA dos extremamente pobres, contudo, passou de 42,3% a 50,7%, aumento compensado pela redução da porcentagem de todas as categorias de ocupados, ao mesmo tempo em que a PIA aumentava como porcentagem da população do estrato. Em menor magnitude e sem aumento relativo da PIA, o aumento de desocupados e inativos também ocorreu na PIA pobre a expensas das demais categorias, exceto a dos empregados informais.

As mudanças na composição da renda e da PIA dos estratos sugerem que quem estava ocupado ou conseguiu um emprego formal no início do período 2004-2009 escapou da extrema pobreza, ou talvez da pobreza ou da vulnerabilidade, “sem sair do lugar”, apenas pela elevação da renda do trabalho, o mesmo tendo ocorrido para os beneficiários da previdência e da assistência social que recebiam salário mínimo. Exceção feita aos produtores agrícolas, as demais categorias de ocupados, mesmo os empregados informais e os pequenos empreendedores não agrícolas, beneficiaram-se dos aumentos da renda do trabalho diminuindo sua concentração nos extremamente pobres.

No período 2004-2009, a extrema pobreza, principalmente, e a pobreza se tornaram cada vez menos determinadas pelo baixo valor dos rendimentos dos membros da família (do trabalho, da previdência ou do BPC) e cada vez mais devidas à desconexão com o mercado de trabalho (daí a elevação da porcentagem de desocupados e inativos) ou ao não recebimento de transferências da previdência

social ou BPC. Muitas famílias dos dois estratos pobres têm renda do PBF, mas os baixos valores médios transferidos impedem que o PBF promova a ascensão da família sem que haja conexão com o mercado de trabalho ou outras transferências. Famílias que recebem o PBF, mas não contam com outras rendas, permanecem na extrema pobreza.

O fato de a proteção social ser quase integralmente efetiva para os idosos contra a pobreza por insuficiência de renda e o fato de as transferências do PBF aumentarem em função da presença de crianças e jovens provocaram mudanças na estrutura etária dos estratos de renda. Os idosos se tornaram ainda mais concentrados entre os vulneráveis e os não pobres, graças à vinculação dos pisos da previdência e do BPC ao salário mínimo. E os benefícios do PBF retiraram mais famílias com crianças da extrema pobreza, aumentando a porcentagem de famílias sem crianças para um quarto das famílias extremamente pobres.

Ao levar, em maior proporção, famílias com crianças da extrema pobreza para a pobreza, a mobilidade induzida pela política social diminuiu a concentração anterior das crianças entre os extremamente pobres e fez convergir o perfil etário dos pobres e dos extremamente pobres. Porém, a despeito dessas melhorias, as crianças continuam a ser o grupo etário mais representado na pobreza e na pobreza extrema.

Nota-se que as famílias com quatro ou mais crianças de 0 a 14 anos foram o tipo que mais teve reduzida sua porcentagem entre os extremamente pobres, passando a ser ligeiramente mais concentrado nos pobres (embora um quarto delas permaneça extremamente pobre). Essas famílias são poucas em número, e sua situação de pobreza extrema é agravada pela presença de muitas crianças. As outras famílias com crianças se tornaram mais concentradas nos vulneráveis, e o fato de as famílias grandes não as terem acompanhado pode, em parte, deve-se ao limite de três benefícios variáveis do PBF.

No campo da educação, as mudanças foram de baixa magnitude, mas sempre positivas e mais intensas para os estratos mais pobres, com pequenas deteriorações nos indicadores dos não pobres. A escolaridade média da população de 15 a 64 anos aumentou, e a taxa de analfabetismo absoluto e funcional diminuiu (exceto não pobres). Contudo, as reduções ocorreram com manutenção da desigualdade: quanto mais baixa a renda média do estrato, piores os indicadores de escolaridade e analfabetismo.

No caso da escolarização bruta, virtualmente não há diferenças entre extremamente pobres, pobres e vulneráveis, que têm taxas semelhantes para a maior parte dos grupos etários, sempre inferiores a dos não pobres, exceto na faixa de 7 a 14 anos, na qual a desigualdade é menor porque a escolarização é quase universal em todos os estratos. Porém, os vulneráveis fazem maior uso da rede particular de ensino do que os dois estratos pobres.

Quanto ao fluxo, há aumento das taxas de frequência líquida, com estudantes na idade correta frequentando o nível de ensino regular correspondente: de 7 a 14 anos, no fundamental, e de 15 a 18 anos, no médio. Em outras palavras, há cada vez menos estudantes de 15 a 18 anos que ainda estão no ensino fundamental, e de 7 a 14 anos em classe de alfabetização infantil ou de adultos. Entretanto, a distorção entre idade e série aumentou no ensino fundamental de 2004 a 2009 para todos os estratos, e diminuiu no ensino médio. O problema do fluxo aumenta para os estratos de menor renda.

Um efeito inesperado da melhoria da renda sem melhoria equivalente dos outros indicadores são as frequentes pioras registradas nos indicadores de educação dos não pobres, embora em geral de baixa magnitude, contrariando a tendência total e dos demais estratos. Isso pode ser interpretado como reflexo da chegada da camada de famílias cuja renda *per capita* aumentou, mas cujos demais indicadores mudaram pouco.

A análise da evolução das características das moradias é um bom exemplo disso. As dimensões em que houve progressos, particularmente para os pobres e os extremamente pobres, são aquelas que dependem mais da renda das famílias do que das políticas públicas. A iluminação elétrica é uma notável exceção, seu acesso já elevado em 2004 foi praticamente universalizado em 2009, com minimização da desigualdade remanescente. Parte do aumento da renda das famílias foi investida na melhoria da qualidade das moradias e na expansão do seu inventário de bens de consumo duráveis, e o telefone celular promoveu uma segunda onda de redução da desigualdade no acesso à telefonia. Todavia, a porcentagem de famílias que ocupa de forma segura e adequada os domicílios praticamente não mudou, e o indicador de saneamento permanece em nível baixíssimo, principalmente por causa da elevada porcentagem de domicílios com escoamento de esgoto inadequado.

Essas mudanças tornaram a pobreza extrema, em particular, mais homogênea do que no passado. Em 2009, três tipos de família passaram a agregar 97% da população extremamente pobre remanescente: aquelas cuja conexão com a renda do trabalho é agrícola, precária ou inexistente.

As famílias de conexão agrícola são bem representadas pelos agricultores familiares, cujos principais obstáculos à emancipação produtiva são, pela ordem, o pequeno tamanho de suas terras e a disponibilidade de insumos, especialmente de água, e de assistência técnica, bem como a venda da produção. As de conexão precária são aquelas dos empregados sem carteira e dos que, na falta de emprego, tornam-se autônomos, montando um negócio informal, prestando serviços ou fazendo biscates.

As famílias observadas com conexão precária têm grandes chances de, no caso de qualquer choque, como a perda do emprego informal do principal provedor de renda ou uma doença que acometa um membro que trabalhe como autônomo, virem a se tornar famílias sem conexão à renda do trabalho, tornando sua situação mais grave caso não contem com conexões a outras fontes de renda, em particular as da previdência e da assistência social.

Resumindo, as principais mudanças no perfil da pobreza brasileira no período 2004-2009 estão direta ou indiretamente relacionadas à elevação do bem-estar na dimensão representada pela renda domiciliar *per capita*, pois, em outras dimensões, como a educação, o progresso não teve a mesma intensidade. A política social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo e da expansão da cobertura e do valor das transferências focalizadas de renda, teve um papel central nessas mudanças.

A cobertura quase integral dos idosos por transferências da previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um verdadeiro seguro contra a pobreza extrema, até mesmo contra a pobreza. E os benefícios do PBF vinculados à presença de crianças e jovens foram, para várias famílias, a complementação certa para que escapassem da extrema pobreza ou da pobreza, situações nas quais permaneceriam se tivessem que contar apenas com a renda de seus membros ativos. Embora relativamente mais famílias com crianças tenham passado para o estrato acima, as crianças continuam a ser o grupo etário mais representado na pobreza e na pobreza extrema.

Porém, não obstante a importância da política social, sem o crescimento e a geração recorde de empregos formais, o aumento real do salário mínimo teria menos efeitos e talvez nem fosse possível. O crescimento da cobertura da previdência e do BPC teriam sido relativamente mais onerosos em relação à arrecadação, e o PBF teria sido menos efetivo, uma vez que a ascensão social só é possível para famílias beneficiárias que têm outra fonte de renda.

De fato, no período 2004-2009, a mola da mudança estrutural na distribuição da renda que provocou a melhoria global de bem-estar foi o crescimento com distribuição via inclusão no mercado de trabalho. Por meio dos empregos formais criados no período, conjugados ao aumento do mínimo e à melhor remuneração de todos os ocupados, é que a pobreza extrema e a pobreza decresceram. Em segundo lugar em importância na redução da pobreza, vieram as transferências da previdência e da assistência social – mais especificamente, o BPC. O PBF só pôde tirar dos estratos mais baixos famílias que tinham algum membro conectado ao mercado de trabalho, à previdência ou beneficiário do BPC.

REFERÊNCIAS

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N.. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão n. 897)

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F.. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão n. 1.619)

SOUZA, P. H. G. F. **Uma metodologia para decompor diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na PNAD**. Brasília: Ipea, 2010. v. 1517. (Texto para Discussão n. 1.517)

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

Revisão

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (estagiária)

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração eletrônica

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Aline Rodrigues Lima (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

